



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA (UNILAB)

BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA

MONA LISA DA SILVA

LUGAR DE NEGRO É NA (RE)CONSTRUÇÃO DE EPISTEMOLOGIAS: PERCEPÇÕES
DE ESTUDANTES NEGROS DO CURSO DE ANTROPOLOGIA DA UNILAB

REDENÇÃO/CE
2021

MONA LISA DA SILVA

LUGAR DE NEGRO É NA (RE)CONSTRUÇÃO DE EPISTEMOLOGIAS: PERCEPÇÕES
DE ESTUDANTES NEGROS DO CURSO DE ANTROPOLOGIA DA UNILAB

Projeto de Conclusão de Curso – TCC
submetido ao curso de Bacharelado em
Antropologia para obtenção de título de
Bacharel em Antropologia da Universidade da
Integração Internacional da Lusofonia Afro-
Brasileira (UNILAB).

Orientadora: Vera Regina Rodrigues da Silva.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Silva, Mona Lisa da.

S586l

Lugar de negro é na reconstrução de epistemologias: percepções de estudantes negros do curso de antropologia da Unilab / Mona Lisa da Silva. - Redenção, 2021. 54f: il.

Monografia - Curso de Antropologia, Instituto de Humanidades,
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2021.

Orientador: Prof. Dra. Vera Regina Rodrigues da Silva.

1. Estudantes negros. 2. Insurgências epistêmicas. 3.
Produção - conhecimento. 4. Epistemologia. I. Título

CE/UF/BSCA

CDD 371.974

MONA LISA DA SILVA

LUGAR DE NEGRO É NA (RE)CONSTRUÇÃO DE EPISTEMOLOGIAS: PERCEPÇÕES
DE ESTUDANTES NEGROS DO CURSO DE ANTROPOLOGIA DA UNILAB

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado a
Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), como parte
das exigências para a obtenção do título de
Bacharela em Antropologia.

Local, Redenção-CE. 24 de agosto de 2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. Dra. (Vera Regina Rodrigues da Silva)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)
Presidente

Jacqueline Britto Pólvara

Digitally signed by Jacqueline Britto

Pólvara

Date: 2021.08.25 21:35:26 -03'00'

Prof^ª. Dra. (Jacqueline Britto Pólvara)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)
Examinadora



Prof. Dr. (Arlison dos Santos Gomes)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)
Examinador

Aos estudantes presentes neste trabalho, símbolos de resistência e luta antirracista.

À todas as mulheres negras que ao longo de minha existência foram referência e representatividade negra.

À todas as mulheres negras e homens negros que ousaram ser as/os primeiras/os e derrubaram, à força, as portas fechadas que nos impediam de ocupar todos os espaços, inclusive o de pensamento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família, pelo apoio, carinho e paciência comigo em meus momentos de afastamento por conta da escrita. Assim, agradeço as quatro mulheres negras que me criaram e me ensinaram o que era ser mulher, negra e periférica nessa sociedade que cotidianamente nos rotula e exclui. A minha, mãe Maria Dimas da Silva, exemplo de mulher negra que mudou sua condição de vida depois de anos trabalhando enquanto diarista através da educação e se tornando hoje a pedagoga que sempre sonhou ser, mas que a vida, por adversidades de uma sociedade estruturalmente racista, machista e classista a impediam. A minha Vó, Adelaide de Araújo da Silva, pelos ensinamentos ancestrais, A minha madrinha Medioneira Braga da Silva, pelo acolhimento e momentos de afetos e a Minha irmã, Cristina da Silva pelo amor incondicional, meus sinceros agradecimentos. Agradeço ainda aos afetos gratuitos e despretensiosos de meu sobrinho Roger Júnior e Heloíse Maria, sem os quais os dias não teriam sido tão leves e felizes.

A minha orientadora Prof^a. Dr^a. Vera Rodrigues Regina da Silva, pela paciência, afeto, e trocas teórico-políticas, bem como pela credibilidade e por acreditar em mim e em meu potencial enquanto jovem pesquisadora negra, tornando assim possível sonhar e fazer voos até então não imaginados.

Aos professores participantes da banca examinadora, Prof^a. Dr^a. Jacqueline Britto Pólvora e prof. Dr. Arilson Santos Gomes, pelo tempo que disponibilizaram e pelo carinho em aceitarem fazer parte da banca examinadora deste trabalho de conclusão de curso.

As minhas amigas Regilene Alves Vieira, Rhonyele Maciel da Silva e Ariadne Rios pelas trocas afetivas e acadêmicas, pelos risos, lágrimas e pelos diversos momentos compartilhados durante a construção desta pesquisa, que me fortaleceram e me fizeram chegar até aqui.

Agradeço ainda, ao movimento de mulheres e homens negra/os que ousaram ser as/os primeiras/os e derrubaram, à força, as portas fechadas que nos impediam de ocupar todos os espaços, inclusive o de pensamento.

Aos meus guias e entidades espirituais da Umbanda.

Para nós, negras e negros, escrever é um ato político

– Conceição Evaristo

RESUMO

Este trabalho busca compreender quais são os olhares e percepções de estudantes negros do curso de Bacharelado em Antropologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), observando como estudantes negros percebem o campo da antropologia e constroem/ reconstróem a antropologia a partir do seu lugar enquanto construtores de teorias, epistemologias e metodologias. Para isso, parto na busca pela compreensão de quais são os efeitos, para estes sujeitos, de se perceberem enquanto Sujeitos que pesquisam e constroem epistemologias e não mais enquanto “objeto” de estudos a serem pesquisados. Para melhor corresponder aos objetivos traçados para este trabalho, optou-se pela metodologia qualitativa (MINAYO, 2012) de base antropológica, por meio de uma perspectiva teórico-metodológica afro-referenciada. Concluiu-se que, a luta política do movimento negro, bem como desses ativistas e intelectuais acabou por contribuir com os rumos que o conhecimento científico vem tomando nos últimos anos. Uma vez que a presença desses sujeitos negros, indígenas, quilombolas, periféricos, lgbtqi+ e africanos acabam por gerar instabilidades de cunho epistemológicos e metodológicos capazes de (re) pensar a universidade. A presença desses sujeitos no espaço acadêmico também revela a necessidade de superarmos vínculos coloniais diretamente relacionados à colonialidade do poder, saber e ser. Ademais, no que se refere aos estudantes negros brasileiros e guineenses do curso de Bacharelado em Antropologia que dialogaram e contribuíram com esta pesquisa, eles revelam que embora a antropologia, enquanto seara de conhecimento, tenha sido criada a partir e com finalidades eurocêntricas, coloniais e racistas, apontam que quando novos sujeitos, tais quais os citados anteriormente partem da margem e entram no centro da produção de conhecimentos, novas subjetividades e epistemologias acabam por também adentrar esse território epistemológico estável que é a universidade.

Palavras-Chave: Estudantes negros; produção de conhecimento; insurgências epistêmicas

ABSTRACT

This paper seeks to understand the views and perceptions of black students from the Bachelor of Anthropology course at the University of International Integration of Afro-Brazilian Lusophony (Unilab), observing how black scholars perceive the field of anthropology and build/rebuild anthropology from the start of their place as builders of theories, epistemologies and methodologies. For this, it participates in the search for understanding what are the effects, for these subjects, of perceiving themselves as Subjects who research and build epistemologies and no longer as an “object” of studies to be researched. In order to better correspond to the objectives outlined for this work, a qualitative methodology (MINAYO, 2012) of anthropological basis was chosen, through an Afro-referenced theoretical-methodological perspective. It was concluded that the political struggle of the black movement, as well as these activists and intellectuals, ended up contributing to the paths that scientific knowledge has taken in recent years. Since the presence of black, indigenous, quilombola, peripheral, LGBT and African subjects end up generating epistemological and methodological instabilities capable of (re)thinking the university. The presence of subjects in the academic space also reveals the need to overcome colonial bonds directly related to the coloniality of power, knowledge and being. Furthermore, with regard to the black Brazilian and Guinean students of the Bachelor of Anthropology course who dialogued and contributed to this research, they reveal that although anthropology, as a field of knowledge, was created from and with Eurocentric, colonial and racists, point out that when new subjects, such as those mentioned above, depart from the margin and enter the center of knowledge production, new subjectivities and epistemologies also end up entering this stable epistemological territory that is the university.

Keywords: Black students; knowledge production; epistemic insurgencies.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1. “QUEM SABE DE ONDE VEIO, SABE PARA ONDE VAI”: CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	13
1.1. Metodologia e dificuldades encontradas no caminho	18
1.2. Interlocutores da Pesquisa	20
2. TERRITÓRIO ACADÊMICO EM DISPUTA E A PRESENÇA NEGRA NA ACADEMIA	22
2.2. O “Negro” como tema e objeto de estudo.....	23
2.3. Movimento Negro e a busca pela retomada epistêmica	27
3. “QUEM É ESTE RAPAZ QUE ESTÁ AQUI?: PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES NEGROS DO CURSO DE ANTROPOLOGIA DA UNILAB” .. Erro! Indicador não definido.	
3.2. Localizando o Universo de Pesquisa: A Criação da Unilab e do Curso de Bacharelado em Antropologia	33
3.3. Olhares e percepções de estudantes negros sob o curso de Antropologia da Unilab.....	39
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
5. REFERÊNCIAS	52

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca compreender quais são os olhares e percepções de estudantes negros do curso de Bacharelado em Antropologia¹ da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), observando como estudantes negros percebem o campo da antropologia e constroem/ reconstróem a antropologia a partir do seu lugar enquanto construtores de teorias, epistemologias e metodologias. Para isso, parto na busca pela compreensão de quais são os efeitos, para estes sujeitos, de se perceberem enquanto Sujeitos que pesquisam e constroem epistemologias e não mais enquanto “objeto” de estudos a serem pesquisados. Buscou então, identificar quais teorias, metodologias, epistemologias estes alunos recorrem e produzem enquanto futuros antropólogos. Buscou ainda compreender como esses estudantes percebem e enxergam o curso de bacharelado em antropologia da Unilab, bem como buscou-se perceber quais eram os desafios enfrentados por esses estudantes negros.

Assim, parto da pergunta feita por Collins (2019) e retomada por Kilomba (2019) para a busca por respostas de “Como eu, uma mulher negra, deveria escrever” dentro do território epistêmico que é a universidade? E a resposta que emerge em mim sintetiza-se na necessidade de identificar e (re)conhecer quais são as percepções e os olhares que estudantes negras e negros do curso de Bacharelado em Antropologia da Unilab apresentam sobre esse território epistêmico que é a universidade. Isso apresenta-se como importante, uma vez que pensar sobre esses corpos dissidentes que são ao mesmo tempo iguais a mim e diferentes traz à tona o desafio de se produzir uma etnografia de quem é de dentro, mas faz parte da margem, tal qual nos fala bell hooks (2019).

Nesse sentido, dialogar sobre o curso de bacharelado em antropologia por meio das minhas percepções e das percepções de estudantes negros também nos ajudará a resgatar a contribuição do Movimento Negro Brasileiro para o âmbito da educação e das relações raciais no cenário Brasileiro, uma vez que é impossível discorrer sobre essa questão sem voltarmos nosso olhar para a longa caminhada do movimento negro – que desde sempre, quando negras e negros do continente africano vieram em diáspora forçada para o Brasil para serem

¹ O Curso de Bacharelado em Antropologia da Unilab tem como eixos: Uma formação crítica e transformadora que se apresente para os estudantes a partir dos debates clássicos e contemporâneos, bem como do método de pesquisa etnográfica que permita ao aluno pensar e atuar criticamente na realidade social em que se insere; Uma formação teórica que trate da realidade brasileira, africana, timorense e da diáspora em geral, a partir das perspectivas afrocêntricas, pós-coloniais e plurais, que enfatizem os saberes locais, e os ditos subalternos e periféricos (PROJETO PEDAGÓGICO CURRICULAR CURSO DE BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA - PPC). Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2016/01/PPC-ANTROPOLOGIA.-1.pdf> >.

escravizadas/os – na busca por políticas públicas que garantissem à população negra sua verdadeira inserção na sociedade brasileira.

No primeiro capítulo, intitulado “Quem sabe de onde veio, sabe para onde vai: caminhos metodológicos da pesquisa” apresento meu ponto de partida, meu lugar de enunciação e minha trajetória coletiva de vida enquanto jovem antropóloga negra produzindo pesquisa de, para e com sujeitos negros. Tidos e reconhecidos neste trabalho enquanto sujeitos políticos e de saberes. Apresento ainda os caminhos metodológicos escolhidos e as dificuldades encontradas no caminho.

No segundo capítulo, intitulado “Território acadêmico em disputa e a presença negra na academia”, discorro sobre o campo dos estudos das relações etnicorraciais no Brasil constituídos primeiramente sobretudo por acadêmicos brancos que tinham o negro enquanto objeto de pesquisa, bem como as mudanças provocadas na academia quando os primeiros ativistas negros ingressaram na universidade e começaram a teorizar sobre as demandas da população negra.

Já no terceiro capítulo, intitulado: “Quem é este rapaz que está aqui?”: Percepções de estudantes negros do curso de Antropologia da Unilab”, apresento o contexto de Criação da Unilab e do curso de Bacharelado em Antropologia, bem como apresento as percepções e olhares dos estudantes do referido curso sob o campo da antropologia, bem como quais são as tensões, os desafios e as possibilidades que o curso de bacharelado em Antropologia possibilitam para esses jovens/ futuros profissionais.

1. “QUEM SABE DE ONDE VEIO, SABE PARA ONDE VAI”: CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

“Estar na margem é fazer parte de um todo, mas fora do corpo principal (...) E por viver como vivíamos – nas extremidades – desenvolvemos um modo particular de enxergar as coisas. Olhávamos tanto de fora para dentro quanto de dentro para fora. Focávamos nossa atenção no centro assim como na margem. Compreendíamos ambos. Essa forma de ver nos lembra da existência de todo um universo, um corpo principal com sua margem e seu centro. Nossa sobrevivência depende de uma conscientização pública contínua da separação entre margem e centro e de um contínuo reconhecimento privado de que nós somos uma parte necessária, vital desse todo” – bell hooks.

Este Trabalho de conclusão de curso intitulado “Lugar de negro é na (re)construção de epistemologias: olhares e percepções de estudantes negros do Curso de Bacharelado em Antropologia da Unilab” aborda as experiências e percepções de estudantes negras (os/es) sobre o Curso de Bacharelado em Antropologia da Universidade da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), afim de identificar como esses estudantes percebem o campo da antropologia e constroem/reconstroem a antropologia a partir do seu lugar enquanto construtores de teorias, epistemologias e metodologias.

A afirmação “Lugar de Negro” é uma alusão as reflexões do livro de mesmo nome dos intelectuais Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (1982). A obra dos autores discorre sobre o racismo na sociedade brasileira de forma a demonstrar como opera a ideologia que acaba por colocar negras e negros em espaços e cargos desvalorizados, o que os impede de ter acesso a espaços que historicamente foram ocupados pela classe branca dominante, tal qual as universidades públicas e cargos de poder.

A escolha pelo aprofundamento da temática apresentada justifica-se pela necessidade de refletir sobre as experiências e percepções de acadêmicos negros nas universidades, bem como de compreender quais insurgências epistemológicas/teóricas e metodológicas esses sujeitos acabam por reivindicar a partir de sua inserção nas universidades. Importante destacar que essa questão está estritamente relacionada com meu Lugar de Enunciação enquanto estudante negra que também compõe e faz parte do universo de pesquisa pesquisado.

Além disso, pensar a produção de conhecimento, a partir da percepção de estudantes negros (Brasileiros e oriundos do Continente Africano, como é o caso de estudantes de Guiné-Bissau) nos ajudará a perceber a universidade enquanto um território epistêmico instável, na medida em que novos sujeitos adentram esse espaço, o que abre caminhos para (re) pensarmos a própria universidade e a antropologia enquanto ciência.

Dito isto, acredito que seja importante começar narrando – mesmo que brevemente – minha própria trajetória coletiva de vida, tal qual ensinou minha orientadora a partir da partilha do afeto, da teoria e mobilização política, Dra. Vera Regina Rodrigues da Silva. Dessa forma, importa apresentar alguns momentos dessa caminhada pelo espaço acadêmico e fora dele.

Falar sobre minha trajetória coletiva e acadêmica é falar também sobre minha mãe, Maria Dimas da Silva. Mulher negra que criou quatro filhos sozinha, enquanto trabalhava como diarista e se viu, depois de ver sua filha mais nova adentrar a universidade pública, realizando seu sonho de vida: cursar pedagogia e deixar as lavagens de roupa na casa das madames de Fortaleza para trabalhar com o que sempre quis. Com Educação!

Minha trajetória coletiva enquanto mulher negra, periférica, nascida e criada no Grande Bom Jardim – território estigmatizado e violentado pelo Estado – perpassa com a trajetória dos movimentos eclesiais de base (Cebs), dos muitos coletivos, grupos comunitários, ONGs e ativistas e intelectuais locais que desde sempre me ensinaram a lutar, resistir e a ressignificar as narrativas eurocêntricas dominantes que insistiam em querer falar sobre nós e sobre nosso Território.

Foi dentro dos movimentos sociais e do Grupo Jovens Agentes da Paz – Comissão de Juventude do Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa (CDVHS) – que dei meus primeiros passos na caminhada antropológica. Ao desenvolver uma pesquisa sobre os coletivos de juventude de todo o território do Grande Bom Jardim² – junto com os demais jovens do grupo e sob vistoria dos ativistas e intelectuais locais que traziam e traduziam os saberes adquiridos na academia para a comunidade – me dei conta que era aquilo que eu queria fazer. Ser pesquisadora, mais precisamente antropóloga. Naquele momento, o único caminho para que isso acontecesse era ingressando no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC). Posteriormente, fiquei sabendo da possibilidade de um curso na área de ciências humanas, com possível abertura de curso em Antropologia, na então recém formada Unilab. Foi quando a busca pela realização de um sonho, até então impossível, começou a se concretizar.

Em 2012, na segunda chamada do Enem, fui aprovada para cursar o curso de Bacharelado em Humanidade. Contudo, tive que superar a ansiedade e começar as aulas apenas no início de 2013. Naquele período, as universidades públicas encontravam-se em greve e o trimestre (regime até então utilizado na Unilab) tinha sido adiado.

² O território do Grande Bom Jardim está localizado na periferia de Fortaleza, na Regional V e é composto por cinco bairros: Bom Jardim, Canindezinho, Granja Lisboa, Granja Portugal e Siqueira.

Já matriculada enquanto estudante da segunda turma do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (BHU), ainda nos meados do Semestre da Integração, tive a grata e feliz escolha em cursar minha primeira disciplina na área de Antropologia. A saber, Antropologia de A à Z, ministrada pela professora Dra. Vera Regina Rodrigues da Silva (que veio a ser minha orientadora no TCC do curso de BHU e que agora segue me orientando e compartilhando afeto, teoria e mobilização política através do Projeto Mulheres Negras Resistem).

Cito o contato com essa disciplina introdutória na área de antropologia ainda no período de curso do BHU não só porque está relacionada a área que posteriormente queria seguir e que agora escrevo esta monografia, mas porque tanto a disciplina, quanto a professora foram de fundamental importância para a construção da minha identidade enquanto pesquisadora e jovem antropóloga negra. Sem o apoio, oportunidade, os puxões de orelha e a referência de uma antropologia feita por “quem sabe de onde veio” e “para onde vai”, tal qual a que me foi apresentada por Vera Rodrigues, talvez os percalços no caminho não tivessem me deixado chegar até aqui.

Recordo de naquele período (era maio de 2013) também estar sendo ofertada a disciplina de Introdução à Antropologia das Cidades, ministrada pela professora Dra. Jacqueline Britto Pólvora (de quem me tornei, posteriormente, bolsista voluntária e nutro grande admiração até hoje) e de ambas as professoras terem combinado com suas turmas de fazermos o encerramento das disciplinas com apresentações com os alunos de ambas as disciplinas. Naquela época, ainda extremamente marcada pela repulsa e vontade de ressignificar as narrativas acerca do meu bairro de origem, apresentei – com base no trabalho que já vinha desenvolvendo no CDVHS – um trabalho sobre as diversas formas de resistência e oposição aos estereótipos e estigmas que a juventude negra e periférica do Grande Bom Jardim desenvolvia.

As professoras das disciplinas haviam também combinado que os melhores trabalhos ganhariam livros como forma de incentivo à pesquisa. Não lembro ao certo se eram as professoras ou nós mesmos, alunos, que escolheríamos essas produções, mas guardo até hoje o livro que escolhi: “Cultura: um conceito antropológico” de Roque de Barros Laraia. Como já entrei na universidade com os pés fincados em um curso que ainda não existia, já tinha o referido livro em formato de xerox. Um amigo de militância que estudava ciências sociais na UFC havia me dado e ao ver o livro ali como uma das opções, concretizou-se em mim a certeza de que por algum motivo eu estava no caminho certo.

Esse episódio é marcante na minha trajetória “unilabiana” porque me fez perceber e enxergar meu potencial enquanto jovem acadêmica. Digo isso, porque para nós, negras e

negros, estar na universidade não era e ainda não é a regra, uma vez que a população negra sempre foi excluída das políticas educacionais do país, nossos corpos sempre foram vistos como dissidentes e não pertencentes à universidade. Não é à toa que sou a primeira da família a ingressar em uma universidade pública. Experiência essa que infelizmente, ainda atinge grande parte da população negra. Isso se dá em decorrência do racismo institucional e científico que opera em nossa sociedade. Daí a importância e necessidade da luta desempenhada pelo movimento negro reivindicando ações afirmativas no Brasil.

Essas notas etnográficas e o esforço em trazer à memória de algumas de minhas vivências parte do desafio e exercício teórico-metodológico de me posicionar mesmo reconhecendo que para nós, negras e negros, falar sobre nossas experiências coletivas de vida e sobre o que vivemos e sentimos na pele, nem sempre é bem visto e tido enquanto conhecimento válido. Contudo, levando em consideração o fato de que epistemologia e política andam juntos, bem como entendendo saber como produtor de poder, ideologia e ação, acredito que o que produzimos enquanto conhecimento não foge de nossas perspectivas políticas. O que implica dizer que devemos nos atentar para o quanto nosso modo de produzir conhecimento e analisar determinados conceitos estão ou não cheios de ideias moldadas pelo etnocentrismo epistêmico.

Trazer meu lugar de enunciação se faz necessário como forma de questionar os paradigmas e conhecimentos produzidos sobre o “outro”, contestando assim o conhecimento (Vigilância epistêmica). Trazer meu lugar de enunciação serve também como forma de desmistificar a neutralidade científica, como sugere Grada Kilomba (2019), bem como valorizar e reconhecer outras epistemologias (tais como epistemologias africanas, negras/afro-diaspóricas e indígenas) e como forma de resistir ao etnocentrismo epistêmico. Isso se faz necessário porque é preciso localizar quem está falando, uma vez que:

Na filosofia e nas ciências ocidentais o sujeito que fala está quase sempre encoberto; a localização do sujeito que enuncia está sempre desconectada da localização epistêmica. Por meio dessa desconexão entre a localização do sujeito nas relações de poder e a localização epistêmica, a filosofia ocidental e suas ciências conseguiram produzir um mito universal que encobre o lugar de quem fala e suas localizações epistêmicas nas estruturas de poder (FIGUEIREDO, GROSFOGUEL, 2007, p. 38).

Nesse sentido, trazer meu lugar de enunciação significa também me colocar, enquanto mulher negra, no lugar de poder de escrita. Me colocar no centro, no lugar de produção de conhecimento e epistemologias. Significa romper com os silêncios impostos, se opor ao lugar

de “Outridade” e sair do lugar de Objeto e ocupar o lugar de Sujeito, tal qual ensinou Grada Kilomba (2019).

É preciso, dessa forma, pontuar que parto de referenciais étnico-raciais, que se alinham ao feminismo negro. Minha escrita é então, uma escrita politicamente posicionada. Torna-se importante salientar que neste trabalho, a minha visão sobre o tema aqui apresentado reflete o lugar em que me encontro, uma vez que o contexto ou ambiente no qual o pesquisador se coloca ou está acaba por, inevitavelmente, determinar sua posição enquanto acadêmico. Corroboro com Kilomba (2019) quando a autora afirma que:

(...) todas/os nós falamos de um tempo e lugar específicos, de uma história e uma realidade específicas – não há discursos neutros. Quando acadêmica/os brancas/os afirmam ter um discurso neutro e objetivo, não estão reconhecendo o fato de que, naturalmente, não é neutro nem objetivo ou universal, mas dominante. É um lugar de poder (KILOMBA, 2019, p.58).

Angela Figueiredo e Ramón Grosfoguel (2007), também trazem algumas pontuações que corroboram com a citação acima e que nos ajudam a entender e refletir sobre a posicionalidade/neutralidade acadêmica. Para pensar essas questões, os autores trazem para discussão o conceito de “epistemologia do ponto zero”, termo cunhado pelo filósofo Colombiano Santiago Castro Cruz e que caracterizaria as filosofias eurocêntricas. Para o autor, “ponto zero é o ponto de vista que esconde e encobre seu próprio ponto de vista particular, isto é, a construção de um ponto de vista que representa a si mesmo como não tendo nenhum ponto de vista e, portanto, almeja ser neutra e universal” (FIGUEIREDO, GROSGOQUEL, 2007, p. 38).

Meu lugar de enunciação busca explorar as experiências acadêmicas de estudantes negros do Curso de Bacharelado em Antropologia da Unilab, como parte da história de um grupo social, historicamente lesado por sistemas hierárquicos subalternizastes. Meu lugar de enunciação também revela meu lugar enquanto sujeito político, o que comumente não é aceito dentro da academia, posto que negras e negros são sistematicamente desqualificados e tem suas produções acadêmicas invalidadas ou tidas como não muito científicas. Consequência do epistemicídio acadêmico e do racismo estrutural e estruturante da sociedade brasileira (ALMEIDA, (2018). Isso posto:

Eu, como mulher negra, escrevo com palavras que descrevem minha realidade, não com palavras que descrevem a realidade de um erudito branco, pois escrevemos de lugares diferentes. Escrevo da periferia, não do centro. Este é também o lugar de onde eu estou teorizando, pois coloco meu discurso dentro da minha própria realidade (KILOMBA, 2019, p. 58-59).

Assim, enquanto mulher negra e periférica na academia e que faço parte do grupo pesquisado, busco romper com a ideia de neutralidade acadêmica e posiciono-me a partir de um discurso que para além de acadêmico, é também político, tal como nos ensinou bell hooks, Lélia Gonzalez, Grada Kilomba e Frantz Fanon.

1.1. Metodologia e dificuldades encontradas no caminho

Para melhor corresponder aos objetivos traçados para este trabalho, optou-se pela metodologia qualitativa (MINAYO, 2012) de base antropológica. A opção pela metodologia de cunho qualitativo se justifica pela necessidade em compreender os significados, motivos, valores e aspirações que compunham o contexto em pauta (MINAYO, 2001), contemplando, ainda, “[...] a importância de trabalhar com a complexidade, a especificidade e as diferenciações internas dos nossos objetos de pesquisa que precisam ser, ao mesmo tempo, contextualizados e tratados em sua singularidade” (MINAYO, 2012, p. 25).

Partindo dos pressupostos teórico-metodológicos anteriormente apresentados, torna-se imprescindível pensar a noção de ética feminista apresentada por bell hooks enquanto uma busca acadêmica que aponta a ética dominante ou a tradição que é praticada em grande parte por homens brancos, de classe média e alta que dessa forma, acabaram por construir teorias éticas que refletem apenas as experiências deste grupo e acabam por omitir ou tornar impossível dar sentido às experiências das mulheres, mulheres negras, indígenas, homens negros e comunidade lgbtqia+ (VALDIVIA, 2002).

Collins (2019) e Kilomba (2019) também fazem essa reflexão acerca do conhecimento e do mito da universalidade acadêmica e reafirmam que as epistemologias ocidentais ou eurocêntricas, em sua maioria, são controladas por homens brancos de elite que acabam por ter o poder de validação do conhecimento. De um lado, Collins (2019) evidencia as reivindicações de conhecimento por parte de mulheres negras que por não possuírem acesso a posições de autoridade, muitas vezes acabam tendo que recorrer a processos alternativos de validação de conhecimento para produzir reivindicações divergentes de conhecimento. De outro, Kilomba (2019) sistematiza a ordem colonial na qual intelectuais negras/os residem. Quando elas/eles falam é científico, universal, objetivo, neutro, racional, imparcial, tu /eles tem fatos, elas/eles tem conhecimento. Quando nós falamos é a-científico, específico, subjetivo, pessoal, emocional, parcial, nós temos opiniões, nós temos experiências.

Isso posto, enquanto antropóloga negra em formação que compõe e faz parte do universo de pesquisa em questão e a fim de contribuir para a desconstrução do olhar eurocêntrico, ocidental e racista que ainda define o nosso lugar nas teorias e práticas sociais,

optei por escolher uma perspectiva teórico-metodológica afro-referenciada. Kovach (2010) e Collins (2019), apresentam, por exemplo, a inter-relação entre método, ética e cuidado. A diferença consiste no fato de que Kovach está pensando essas questões a partir de um paradigma indígena, enquanto Collins faz esse movimento ao formular a epistemologia feminista negra, embora ambas as propostas envolvam objetivos de descolonização.

Dessa forma, busquei pensar e dialogar com as percepções e olhares dos sujeitos apresentados e que contribuíram com o desenvolvimento deste pesquisa através de estratégias afetivas, teóricas e políticas empregadas através de epistemologias feministas negras e decolonial, uma vez que a busca por discursos contra hegemônicos me faz percorrer por referenciais teórico-metodológicos estabelecidos, sobretudo por mulheres negras que ao longo de minha caminhada acadêmica me ajudaram a compreender como se dá a dinâmica no campo das relações etnicorraciais na universidade. Corroboro assim, com os apontamentos feitos por Figueiredo (2020) em seu texto intitulado Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial, ao afirmar que o feminismo negro e decolonial veio para desnudar os silêncios epistêmicos que foram produzidos pela ciência moderna colonial que acabou por ignorar diversas vozes (FIGUEIREDO, 2020).

Em decorrência da pandemia global da Covid-19, o universo da pesquisa não possui uma localização geográfica física. Pelo contrário, assim como estamos todos nós, ele encontra-se online. Enquanto pesquisadora que já vinha desenvolvendo pesquisas no campo da cibercultura, inicialmente acreditei que a “entrada” e permanência em um campo virtual não seria tão difícil assim. Contudo, um dos meus maiores questionamentos durante o desenvolvimento dessa pesquisa foi: “Como registrar, captar e criar relações horizontais com os sujeitos da minha pesquisa em um contexto pandêmico onde as pessoas, se apresentam enquanto extremamente esgotadas?”

Por vezes, tive de modificar e refazer os percursos que me permitiram, de alguma forma, desenvolver uma pesquisa que além de me garantir o título de Bacharela em Antropologia, fizesse sentido para mim e para os sujeitos de minha pesquisa. Entre o TCC I e II, mudei de tema, de orientador e por vezes duvidei de mim mesma e de minhas pretensões teóricas e acadêmicas, mas o contato com professoras negras como Vera Rodrigues e Marina Pereira (ex docente do Curso de Bacharelado em Antropologia) também se configuraram enquanto importantes na minha formação antropológica. Além de enxergar nelas um futuro possível para mim, cada aula e espaço de diálogo que tivemos me fizeram acreditar que se “nossos passos vêm de longe”, seria eu agora que tinha de contribuir com essa caminhada.

Metodologicamente pensando, as dificuldades ora se encontraram através do acesso à internet, ferramenta fundamental para nos conectarmos por redes e comunicação mediada por computador e/ou dispositivos móveis, ora se encontraram na falta de retorno e de interesse de contribuir com minha pesquisa. Dessa forma, respeitando e buscando manter uma relação não hierárquica entre pesquisadora e interlocutores, segui e dei procedimento a pesquisa apenas mantendo contato com os sujeitos que se dispuseram a continuar contribuindo com a pesquisa. Acredito que seja importante pontuar isso, porque durante todo o processo de construção dessa pesquisa, e como explicitarei anteriormente, me propus a desenvolver uma pesquisa cunhada na tríade método, ética e cuidado. E isso significou para mim, mesmo quando a frustração batia na porta, perceber e entender os silêncios e sumiços de meus interlocutores bem como de entender as frases: “podemos conversar amanhã?” e esse amanhã nunca chegar.

Acredito que o isolamento social e as diversas aulas e encontros/eventos virtuais em espaços como o Meet e Zoom acabaram por de certa forma esgotar todos nós. É um desafio, inclusive, manter a sanidade mental estável em plena pandemia sob um governo que ameaça constantemente a vida da população brasileira e sobre os enormes casos de universidades com possibilidades reais de fecharem as portas por falta de financiamento, plataformas importantes como a Plataforma Lattes ficando fora do ar e a enorme pressão para que a produção acadêmica não pare, afinal “a vida não pode parar”, e não parou. Pelo menos não para a população negra. Os trabalhos acadêmicos ainda precisam ser feitos, as atividades domiciliares também e os correios – termo periférico utilizado para nos referirmos aos trabalhos que trarão sustento para dentro de casa – também não.

Os diálogos com os sujeitos de minha pesquisa aconteceram, então, de forma on-line, através do grupo de WhatsApp do Curso de Antropologia, Google Meet e por meio de outras redes sociais que nos permitiam trocar mensagens e fazermos videochamadas. Para a coleta de dados, além dos diálogos via redes sociais, utilizou-se um formulário online divulgado em grupos e redes sociais. Utilizou-se ainda a escrita do Diário de Campo como ferramenta de registro de experiências, impressões e frustrações, bem como para se pensar nos possíveis (des)caminhos da escrita e dessa pesquisa. No tópico a seguir, apresento um breve perfil dos interlocutores da pesquisa, bem como o nome fictício escolhido.

1.2. Interlocutores da Pesquisa

Com o intuito de resguardar a identidade dos estudantes que dialogaram comigo e me ajudaram a construir essa pesquisa, optamos por substituir seus nomes por nomes de

intelectuais/ativistas negras/os que de alguma forma marcaram suas trajetórias enquanto jovens antropólogos/os. Segue abaixo o mini perfil desses sujeitos.

- **Du Bois** – Estudante guineense de 30 anos. Sua pesquisa é voltada para seu país, Guiné-Bissau, assim pesquisa sobre identidade, poder e a formação do Estado nação. Concluiu o curso de bacharelado em antropologia e agora está fazendo mestrado na área em outra instituição de ensino;
- **Fanon** – Estudante guineense de 28 anos, reside em Acarape, sua pesquisa também é voltada para entender questões identitárias e relacionada a formação do Estado nação de seu país. Pretende dar continuidade aos estudos na área de antropologia no mestrado.
- **Mbembe** – Estudante Brasileiro de 26 anos, morador da periferia de Fortaleza. Reside em uma comunidade em Messejana. Comunidade extremamente marcada pela violência criminal e pela disputa do tráfico de drogas e conseqüentemente a disputa por facções criminosas e essas experiências de violência simbólica e física foi o que fizeram questionar muitas coisas. Atualmente trabalha como assessor interno de uma ONG, integra o Programa Tempo de Justiça – que é um projeto do governo do estado do Ceará que visa a redução do tempo de julgamento pra crimes de homicídio cuja autoria é identificada –, bem como trabalha em duas escolas da região – na disciplina de educação patrimonial devido a graduação em antropologia – e com o projeto bolsa jovem.
- **Nascimento** – Estudante brasileiro de 30 anos, também morador da periferia de fortaleza. Desenvolve pesquisas na área da antropologia das populações afro-brasileiras e história e cultura afro-brasileira.

2. TERRITÓRIO ACADÊMICO EM DISPUTA E A PRESENÇA NEGRA NA ACADEMIA

*“O que nós conquistamos não foi porque a sociedade abriu porta,
mas porque forçamos a passagem”
– Conceição Evaristo.*

Início este capítulo com a citação acima por acreditar que as lutas travadas contra a escravidão, no passado, bem como a luta pela superação do racismo e da discriminação racial, no presente, são recorrentes na história da população negra no Brasil. Posto que é necessário evidenciar o fato de que ao contrário do que ainda hoje paira no imaginário social brasileiro, a população negra nunca foi passiva, muito pelo contrário. E o reconhecimento político dos últimos anos só se tornou possível, graças às mudanças ocorridas nos diversos setores do governo, mas, sobretudo nas universidades públicas, frutos da implementação de políticas e práticas de ações afirmativas voltadas à população negra e que foram, sem sombra de dúvida, resultado de suas reivindicações.

Para Cunha Júnior (1992) “o Movimento Negro é uma organização política que cumpre com o papel de explicar a contradição racial no cenário brasileiro” (p.120). Dessa forma, deve ser entendido como uma organização social que procura articular o desenvolvimento da cidadania e da democracia da sociedade brasileira e como tal, destaque-se como sujeito político cujas reivindicações são capazes de sensibilizar e influenciar o governo brasileiro a fim de garantir direitos. O que pode ser percebido através da Lei nº 10.639/2003³, que altera a Lei nº 9.394/1996, para que seja incluída no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, bem como da lei de cotas – Lei Federal 12.711/2012 que vem garantindo o acesso dos negros nas universidades brasileiras –.

Isso posto, é mister afirmar que neste trabalho, os movimentos negros são entendidos enquanto movimentos promovidos por negras e negros tanto no período que antecede a abolição como no período que sucede a abolição, a fim de lutar contra a escravidão, o preconceito e o racismo, bem como luta pela valorização e resgate de sua cultura, memória e identidade negra. Corroboro então com a definição de Nilma Lino Gomes (2017) quando a autora enfatiza que:

Entende-se como Movimento Negro as mais diversas formas de organização e articulação das negras e negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade. Participam dessa definição os grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o objetivo explícito de superação do racismo e da

³Mais detalhes sobre a Lei 10.639 estão disponíveis em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em: 13 jul. 2021.

discriminação racial, de valorização e afirmação da história e da cultura negras no Brasil, de rompimento das barreiras racistas impostas aos negros e às negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares na sociedade (GOMES, 2017, p.23-24).

O movimento negro brasileiro deve ser compreendido, então, como uma organização social, posicionada na luta antirracista, que busca articular o desenvolvimento da cidadania e da democracia da sociedade brasileira e como tal, deve ser destacado enquanto sujeito político cujas reivindicações são capazes de sensibilizar e influenciar o governo brasileiro em prol de garantir direitos à população negra.

Outro fato importante referente ao movimento negro é que ele parte do pressuposto de que é preciso negar a história oficial, uma vez que a história que é difundida na sociedade brasileira parte de uma lógica eurocêntrica onde a população negra é sub representada, vista sempre como uma população “inferior”, “submissa” e “oprimida”. Assim, o movimento negro também afirma que é necessário, após a negação da história oficial, construir uma nova representação do povo negro na sociedade brasileira. No que se refere a negação de estereótipos negativos naturalizados e a construção de uma nova representação da população negra, Gomes (2017) afirma que:

Ao politizar a raça, o Movimento Negro desvela a sua construção no contexto das relações de poder, rompendo com visões distorcidas, negativas e naturalizadas sobre os negros, sua história, cultura, práticas e conhecimentos; retira a população negra do lugar da suposta inferioridade racial pregada pelo racismo e interpreta afirmativamente a raça como construção social; coloca em xeque o mito da democracia racial (p.22).

Para o movimento negro, a raça é entendida, então, como potência de emancipação, já que ao ressignificar e politizar raça, o movimento acaba por indagar a própria história brasileira e da população negra. A categoria raça aparece então, para essa população, enquanto um fator determinante de organização em torno de um projeto comum de nação (DOMINGUES, 2007).

Explicitado algumas questões, voltemos ao passado, para compreender os passos que ousamos avançar no presente. Para isso, no tópico a seguir apresento, brevemente, uma discussão sobre o campo dos estudos das relações etnicorraciais no Brasil constituídos primeiramente sobretudo por acadêmicos brancos que tinham o negro enquanto objeto de pesquisa, bem como as mudanças provocadas na academia quando os primeiros ativistas negros ingressaram na universidade e começaram a teorizar sobre as demandas da população negra.

2.2. O “Negro” como tema e objeto de estudo

Nos meados do século XIX e nas primeiras décadas do século XX emergiu no cenário brasileiro teorias racialistas oriundas sobretudo das traduções de diversos autores que se

alinham ao darwinismo social e que vieram a inspirar os teóricos brasileiros da época. Esse movimento contribuiu para que o negro – recém liberto – saísse de sua posição enquanto objeto de trabalho para a posição de objeto de pesquisa (ALCANTARA; NASCIMENTO, 2018).

Silvio Almeida (2018) em seu livro intitulado “O que é racismo estrutural?” apresenta alguns pontos que são fundamentais para compreendermos como o racismo – em todas as suas instâncias – opera em nossa sociedade. Ao falar sobre Racismo, ideologia e estrutura social, o autor enfatiza que para além da cultura popular ser importante para a naturalização da discriminação no imaginário social, as teorias filosóficas e científicas também desempenharam seu papel, sobretudo porque é a ciência que produz um discurso de autoridade. Nesse sentido, Almeida (2018) apresenta o racismo enquanto uma forma de racionalidade, tal como afirma Kabengele Munanga quando diz que “o ‘preconceito’ não é um problema de ignorância, mas de algo que tem sua racionalidade embutida na própria ideologia” (ALMEIDA, 2018, p.55).

Nesse quesito, é de fundamental importância evidenciar o papel da academia e dos teóricos/ intelectuais da época no processo de desumanização e inferiorização da população negra. O racismo científico contou, então, com a participação da faculdade de medicina, das escolas de direito e dos museus de história natural. Assim, se funde cultura popular e ciência, tendo como parte importante o discurso sócio antropológico da democracia racial brasileira.

Marcelo Paixão (2014) em a “Lenda da Modernidade Encantada: por uma crítica ao pensamento social brasileiro sobre relações raciais e projeto de Estado-Nação” apresenta quatro momentos fundamentais para pensarmos sobre o negro enquanto tema e as relações etnicorraciais no Brasil. O primeiro momento está relacionado aos estudos e discussões produzidas principalmente por Nina Rodrigues e Silvio Romero. Segundo o autor, Nina Rodrigues defendeu a tese de que a miscigenação causava degenerescência nos seres humanos. Além disso, Nina Rodrigues não acreditava na ideia de que todos os seres humanos fossem capazes de evoluir e atingir a civilização. Já Sílvia Romero defendia a ideia de que o processo de miscigenação da população brasileira levaria ao branqueamento.

Já o segundo momento foi marcado pela tradição culturalista, onde destaca-se o sociólogo pernambucano Gilberto Freyre e Arthur Ramos como principais expoentes. Tanto Freyre quanto Ramos centravam suas análises nos estudos culturais, sendo a questão racial apresentada sob uma outra perspectiva. Nesse momento a visão pessimista sobre o Brasil é substituída pela ideia de harmonia nas relações raciais. Quanto à essa questão, Figueiredo e Grosfoguel (2007) também pontuam algumas questões importantes.

Nesse período, os estudos vislumbravam uma única saída: o clareamento, ou embranquecimento, da população brasileira a partir da mistura das raças em

gerações consecutivas, ou seja, havia uma crença de que mestiçagens sucessivas levariam, inevitavelmente, ao desaparecimento da população negra. A partir dos trabalhos de Freyre há uma interpretação do Brasil numa chave cultural; para alguns autores, há em Freyre uma valorização da mistura racial e cultural. O culturalismo de Freyre acabou por consolidar a crença na democracia racial brasileira, paradigma interpretativo vigente pelo menos até o final dos anos 1980 (FIGUEIREDO, GROSFUGUEL, 2007, p. 38).

Face ao exposto, podemos inferir que nesse período, as primeiras gerações de teóricos estavam interessadas em analisar e compreender o futuro da nação que segundo eles, estavam condenadas pelos efeitos das misturas de raças presentes no país. Assim, teorias sobre o embranquecimento e miscigenação acabaram por ser transformadas – a partir sobretudo de Gilberto Freyre e do mito de democracia racial no Brasil – o ser “mestiço” em ícone nacional. Importante perceber como ainda hoje, esse discurso de miscigenação e democracia racial é utilizado como mecanismo capaz de mascarar as disparidades existentes entre as populações brancas e não brancas no país.

O terceiro momento apresentado por Paixão (2014) refere-se à contribuição dada por Florestan Fernandes e os estudos patrocinados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) no contexto de pós segunda Guerra Mundial. Esses estudos foram concebidos no Brasil por Arthur Ramos⁴, que possuía na época, um cargo junto à instituição.

Interessante perceber que a escolha do Brasil pela Unesco está intrinsecamente relacionada com as preocupações advindas do período pós guerra e que se buscava acabar de vez com a ideia e as consequências de se acreditar na existência de raças e do racismo. Os estudos organizados pela Unesco no Brasil aconteceram em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia e tinham como objetivo demonstrar que era possível uma convivência pacífica entre as raças. Nesse sentido, o Brasil se apresentava enquanto um ótimo exemplo a ser dado para o mundo. É preciso destacar que nesse período, Estados Unidos e África do Sul apareciam com um status de forte segregação racial, o que caracterizou o Brasil como um “paraíso racial” e modelo a ser seguido (FIGUEIREDO; GROSFUGUEL, 2007).

Estiveram presentes nos referidos estudos diversos autores, dentre estes podemos citar Thales de Azevedo, Roger Bastide, Oracy Nogueira, Florestan Fernandes, René Ribeiro, Costa

⁴Faz-se necessário destacar a influência da tradição dos estudos sobre cultura e personalidade na antropologia norte-americana, que acabaram por influenciar Freyre e Melville Herskovits, Teóricos estes que influenciaram diretamente Arthur Ramos e as pesquisas antropológicas sobre a religiosidade negra daquele período (FIGUEIREDO, GROSFUGUEL, 2007).

Pinto, dentre outros. De acordo com Santos (2009), o resultado da pesquisa acabou por frustrar a Unesco, posto que a realidade encontrada aqui no Brasil não serviu para seus objetivos iniciais, uma vez que os dados sistematizados evidenciavam a existência de preconceitos e discriminação racial no Brasil.

Já o quarto momento pode ser percebido a partir dos trabalhos produzidos no final dos anos de 1970 por Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva e pelas organizações negras, principalmente da década de 1970, como o Grupo Palmares de Porto Alegre, em 1971 e o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR) ou MNU em 1978. Nesse momento, as teorias sobre as questões etnicorraciais foram fundamentadas sobretudo pelos dados oriundos dos indicadores demográficos. Dados estes que demonstravam os desníveis entre as populações brancas e negras no Brasil. Os autores, analisaram então, as desigualdades raciais e apontaram a democracia racial enquanto um mito que visava mascarar a real situação racial da sociedade brasileira (PAIXÃO, 2014).

Face o exposto, é importante destacar que motivado pelas pressões ocorridas em 1970 pelo fim da ditadura militar instaurada em 1964, o movimento negro se organizou – assim como os demais movimentos sociais – e fundou o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR) no dia 18 de junho de 1978 em São Paulo. Posteriormente, foi renomeado e passou a se chamar Movimento Negro Unificado (MNU) em dezembro de 1979 e conserva esse nome até os dias atuais (GOMES, 2017). De acordo com Ribeiro:

No final dos anos 70, o movimento negro, que esteve desmobilizado desde a implantação do governo militar, o governo Médici, ressurgiu no Brasil e passa a se constituir uma nova fase no processo histórico das mobilizações negras. Apesar de ser o período mais repressivo do regime militar, nele começa a retomada da luta dos negros contra o preconceito e a discriminação racial, principalmente influenciados por acontecimentos em nível nacional e internacional, como a abertura política, os movimentos de libertação dos países africanos, a radicalização da luta pelos direitos civis nos Estados Unidos e a libertação de Angola (RIEIRO, 2000, p.90).

Isso posto, podemos perceber nesse período a retomada do movimento negro organizado na cena política do país – embora se faça necessário afirmar que o movimento negro nunca tenha, de fato, deixado de ser atuante –. Além disso, nos é evidenciado o fato de que os movimentos negros internacionais foram de fundamental importância nesse processo.

Assim como Ribeiro (2000), Domingues (2007) aponta que o movimento negro brasileiro dessa época se inspirou na luta a favor dos direitos civis dos negros estadunidenses, onde tinham como líderes Martin Luther King, Malcom X e organizações negras marxistas, tais

como os Panteras Negras, bem como pelas lutas de libertação dos países africanos – Moçambique, Guiné Bissau e Angola –.

É importante destacar a criação do MNU porque foi nesse período que o movimento negro, enquanto entidade de caráter nacional, elegeu a educação e o trabalho com duas das principais pautas na luta contra o racismo. Gomes (2017) aponta que provavelmente o MNU seja o principal responsável pela geração de intelectuais negros que vieram a se tornar referência acadêmica na pesquisa sobre relações etnicorraciais no Brasil.

Nesse sentido, o tópico a seguir versa sobre as reivindicações do movimento negro brasileiro por educação a fim de desenharmos o cenário nacional que possibilitou a criação de uma Universidade Federal e Internacional no interior do estado do Ceará, como é o caso da Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab, que congrega tanto estudantes brasileiros como estudantes oriundos do continente africano de língua portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe) e Leste da Ásia (Timor Leste) e que se apresenta como a primeira universidade do Estado do Ceará a possuir um curso de Graduação em Antropologia.

2.3. Movimento Negro e a busca pela retomada epistêmica

Dando continuidade ao que já se vinha desenhando no tópico a seguir no que se refere a luta e reivindicações do movimento negro por educação, faz-se necessário pontuar que mesmo antes da fundação do MNU, a pauta educacional já vinha sendo pensada desde a transição do século XIX para o XX – período esse marcado pelo fim da escravidão (1888) e Proclamação da República (1889) e por esse motivo, deve ser lembrado.

Nessa perspectiva, Domingues (2008) afirma que este foi um período importante para a população negra, uma vez a população negra da época viu seu sonho de deixar de ser ex-escravizado ou liberto para ser cidadão estar mais perto de acontecer. Sabemos que na verdade não foi isso que aconteceu. Os ex-escravizados encontravam-se desassistidos, pois não houve nenhum tipo de mecanismo que os incorporasse no ideário da sociedade brasileira pós-proclamação da república. Assim posto, os ex-escravizados, bem como o restante da população controlada por oligarquias regionais, eram excluídos do processo eleitoral. Isso fazia com que suas chances de ter uma representatividade política não existissem (SODRÉ, 1999).

Além disso, conforme enfatizou Silva e Rosemberg (2008), durante esse período pós-abolição da escravidão, as relações raciais e políticas existentes entre brancos e negros eram marcadas por três processos que corroboram com o que foi descrito acima. A saber:

- 1) Não houve no Brasil uma legislação de segregação étnico racial, não ocorrendo assim uma definição legal de pertença racial;

2) Não foi desenvolvida nenhuma política específica que integrasse os negros libertos. O que colaborou com as bases do processo histórico de desigualdades sociais existentes até hoje entre negros e brancos;

3) As políticas racistas eugenistas, que foram desenvolvidas na Europa no século XX, incentivaram a imigração europeia branca a fim de embranquecer a população. Nesse período, duas realidades se contrapunham:

De um lado, havia as ameaças etnocidas expressas nos discursos médico-eugenistas ou mesmo antropólogos, que classificavam negativamente o afrodescendente como partícipe do processo educacional [...] Do outro lado, todo um esforço de integração social por parte dos afrodescendentes (SODRÉ, 1999, p.240).

Ainda no que se refere a pauta educacional, podemos destacar também A Imprensa Negra, A Frente Negra Brasileira (FNB) e o Teatro Experimental do Negro (TEN) como importantes. No que se refere a Imprensa Negra, ela era importante por romper com o imaginário racista do final do século XIX e início do XX, uma vez que os jornais tinham um papel educativo para a população negra, posto que para além de informa-los, também os politizavam (GOMES, 2017). Importante apontar também que nesse período, a educação, antes vista como meio de ascender socialmente, ganha um caráter político-educacional incentivado pelo Governo Federal.

Em se tratando da Frente Negra Brasileira (FNB)⁵ ela apresentava um caráter político – mas também recreativo, informativo e beneficente – e surgiu em São Paulo, em 1931 e tinha a intenção de se articular nacionalmente. É importante destacar que a FNB também promovia o entretenimento e a educação dos seus membros, bem como criou escolas e cursos de alfabetização para crianças, jovens e adultos. A FNB foi extinta em 1937 em consequência do decreto do mesmo ano assinado por Getúlio Vargas. Decreto este que considerava todos os partidos políticos ilegais.⁶

Já o Teatro Experimental do Negro (TEN) foi criado em 1944 por Abdias do Nascimento e Maria de Lurdes do Nascimento e era situado na cidade do Rio de Janeiro. O grupo trabalhava pela valorização social do negro na sociedade brasileira a partir da educação e do resgate da cultura e da arte afro-brasileira. Assim, além das artes cênicas, o TEN priorizava e pautava a educação, onde oferecia alfabetização para desempregados, empregadas domésticas e operários, dentre outros.

⁵ Os dados referentes a Frente Negra Brasileira podem ser visualizados mais detalhadamente em:< <http://www.palmares.gov.br/?p=2913&lang=en> >. Acessado em 19 de jan. de 2016.

⁶ Em 1936 A Frente Negra Brasileira transformou-se em partido político.

Destaca-se ainda a publicação de seu Jornal, intitulado “Quilombo” como um mecanismo de comunicação e que reivindicava – a partir da declaração “Nosso Programa” em todos os números do jornal – o ensino gratuito para todas as crianças do país, bem como a admissão subvencionada de estudantes negros nas instituições de ensino secundário e universitário e o combate ao racismo por meio de medidas de ensino e culturais que apresentariam uma imagem positivada da população negra (GOMES, 2017).

Feito essa breve contextualização dos feitos do movimento negro ainda antes da criação do MNU e como sinalizamos no final do tópico anterior, foi a partir dos anos de 1970 com a inserção dos ativistas negros nas universidades, nos programas de graduação e posteriormente nos programas de pós-graduação que a retomada do território epistêmico, ocupando assim um lugar que sempre foi da população negra, mas que durante muito tempo em decorrência não só do racismo científico, mas sobretudo do racismo estrutural e estruturante de nossa sociedade – tal qual pontua Almeida (2018), impediu que a população negra adentrasse esses espaços.

Gomes (2017) pontua que a partir dos anos de 1980, por meio da reabertura política e redemocratização do país – isso em decorrência da Assembleia Nacional Constituinte, promulgação da Constituição Federal de 1988 – o movimento negro teve o seu perfil reconfigurado. Isso se deu, pelo fato de alguns ativistas negros ao concluir suas graduações, passaram a ocupar também a pós-graduação. Dessa forma, ativistas e intelectuais negros e negros passaram a fazer parte do território epistêmico dentro da universidade e iniciaram uma trajetória acadêmica-política enquanto intelectuais engajados e que focavam suas pesquisas em temáticas relacionadas à população afro-brasileira, questões raciais e estudos sobre o continente africano.

Em se tratando dos anos de 1990, essa época foi marcada pela reconstrução do Estado democrático de direitos. A “Marcha Nacional Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida” – que aconteceu no dia 20 de novembro de 1995 em Brasília –, por exemplo, foi importantíssima, posto que como resultado, entregou ao presidente Fernando Henrique Cardoso⁷ o “Programa para superação do racismo e da desigualdade étnico-racial”. Neste programa, o movimento negro já demandava políticas de ações afirmativas.

Assim, a conjuntura Pós Marcha Zumbi dos Palmares, a Marcha Zumbi + 10 – ocorrida dez anos depois da primeira marcha -, a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, que aconteceu de 31 de agosto a 08 de setembro de 2001 em Durban na África do Sul, são considerados marcos históricos para esse

⁷ O mandato do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso se deu de 01 de janeiro de 1995 a 01 de janeiro de 2003.

período, pois contribuíram, cada um à sua maneira, para que o Movimento Negro no século XXI conseguisse que suas demandas passassem a fazer parte da agenda política do compromisso do Estado Brasileiro.

Esse processo que estou chamando de retomada do território epistêmico foi extremamente importante, uma vez que possibilitou que nossas pautas chegassem no espaço acadêmico a partir de nosso lugar de enunciação, enquanto intelectuais e ativistas negras e negros, o que sem dúvidas abriu caminhos para que nos anos 2000, pudéssemos ver a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir em 2003), além da adoção de diversas medidas de ações afirmativas como forma de acesso, sobretudo as cotas raciais. Em relação as cotas, torna-se necessário destacar que conforme enfatiza Gomes (2017), essas políticas já vinham sendo pensadas desde os tempos da atuação política de Abdias do Nascimento em 1914 e sempre ocupou um lugar de destaque nas pautas de reivindicações do movimento negro.

Nesse sentido, é necessário pontuar a lei que institui o Estatuto da Igualdade Racial, a saber a Lei Federal 12.288 de 2010, bem como a aprovação do princípio constitucional da ação afirmativa pelo Supremo Tribunal Federal, feita no dia 26 de abril de 2021 e a sanção da Lei 12. 711 de 29 de agosto de 2012 que dispõe sobre as cotas raciais e sociais para o ingresso nas universidades federais e instituições federais de ensino técnico de nível médio. A Lei 12.711 foi sancionada pela então presidenta da República, Dilma Rousseff.

Destaca-se ainda a sanção da Lei 12.990 de 009 de junho de 2014, que destina à população negra 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para cargos efetivos e empregos públicos.

No que diz respeito ao plano acadêmico, Gomes (2017) destaca ainda a criação nos anos 2000 da fundação da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), que é responsável pela realização do Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (Copene), bem como a criação dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) – que realizam pesquisas, projetos de extensão e formação de professores – e se pensando no cenário da Antropologia Brasileira, é preciso destacar também a Criação do Comitê de Antropólogas/os negras e negros dentro da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) em 2019.

Foi esse cenário que possibilitou que, ao longo dos últimos anos, estudantes negras/os/es – periféricos e quilombolas –, bem como indígenas desempenhassem seus papéis de sujeitas (os) construtores de conhecimentos, epistemologias e pesquisas que buscam reverter a ótica hegemônica ocidental produtora e detentora do saber tido como “universal/científico/neutro”. Estes sujeitos encontram-se, então, em lugar de oposição ao lugar de “Outridade” na relação

com o sujeito branco e se reinventam de um modo novo, tal qual sugere Grada Kilomba (2019), onde suas subjetividades e epistemologias acabam por adentrar o território acadêmico. A presença desses grupos acaba por criar alterações de cunho epistemológico e metodológico que nos ajudam, de forma geral, a (re)pensar a universidade e de forma específica, a repensar a antropologia e sua origem de cunho colonial e racista.

3. “QUEM É ESTE RAPAZ QUE ESTÁ AQUI?”: PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES NEGROS DO CURSO DE ANTROPOLOGIA DA UNILAB

“A cada passo pra frente, a casa grande treme (...)” – Larissa Luz

Tem-se um discurso muito bem ensaiado na área de que a Antropologia, enquanto disciplina e área de conhecimento e produção científica, passou por mudanças de estudos que saíram das sociedades e povos tidos enquanto “primitivos e tribais” para o estudo da constituição das sociedades modernas e contemporâneas. Antropóloga/os passaram a estudar suas próprias sociedades, seus próprios grupos e estudos voltados às questões de gênero e “minorias” étnicas, bem como os dilemas da vida pública e/ou privada também entraram em cena. Além disso, inúmeras críticas – e com razão – foram feitas aos textos e teóricos tidos enquanto “clássicos” da antropologia e o fazer antropológico e etnográfico moldado inicialmente por seu caráter eurocêntrico, colonial e racista moldados no período colonialista também foi questionado e reformulado.

Contudo, nessa minha ainda curta caminhada enquanto jovem antropóloga negra, já tive o (des)prazer de presenciar em salas de aulas de instituições federais reconhecidíssimas pelas “bandas de cá, do Ceará”, professora/es e seus discursos que ao meu ver, de certa forma, flertavam e iam de encontro com uma antropologia ainda engessada, eurocêntrica e carregada de vestígios de um período onde eu, jovem estudante negra oriunda da periferia, jamais poderia ocupar aquele lugar.

Diversas foram as vezes, inclusive, onde tive que ouvir docentes falarem que infelizmente o problema atual da educação estava ligado as “políticas populistas que enchem as universidades de alunos despreparados e sem capital cultural que os fizessem acompanhar as disciplinas”. Não foi à toa que no segundo capítulo deste trabalho, aponte o lugar em que nos queriam nas produções científicas: o de negro objeto, negro tema. Mas não, somos “Negro Drama”, tal qual Mano Brown⁸. Sendo assim: “(...) Me ver pobre, preso ou morto já é cultural”.

Nesse sentido, se faz necessário superar o olhar de negro objeto que ainda hoje é direcionado para nós, pesquisadores e futuros cientistas sociais e antropólogos/os negros.

⁸ É o nome artístico de Pedro Paulo Soares Pereira. É um rapper e compositor brasileiro, integrante dos Racionais MC's. Grupo formado na capital paulista em 1988. A pequena frase em questão é referente a sua música intitulada Negro Drama que pode ser ouvida em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dGjcBzD7z9Q>>. Acessado em 16 de julho de 2021.

Infelizmente, essa é uma ação que não se dará apenas a partir da inserção de corpos dissidentes e vindo das margens nestes espaços. É preciso que se tenha também uma desconstrução desse olhar ainda racista que insiste em dizer qual o nosso lugar dentro das universidades e espaços de construção de epistemologias. Além disso, como sinaliza Figueiredo e Grosfoguel (2007), “sabemos que não se faz multiculturalismo numa universidade onde o corpo docente tem uma composição racial tão distante da população e, atualmente, do corpo discente” (p.40).

Nesse sentido, acredito que o curso de Bacharelado em Antropologia da Unilab já entra na frente de tantas outras instituições de ensino – como a que citei anteriormente –. Tanto por ter em seu corpo docente professores brasileiros – e isso inclui professoras/es negras e negros – quanto professores oriundos de países africanos como Guiné-Bissau e Moçambique. Sem dúvida, a influência desse corpo docente com composição racial próxima da população pobre, periférica, negra, quilombola, indígena e lgbtqi+ que compõe a Unilab foi o que suavizou as experiências vivências em outra instituição.

Felizmente, o contato que tive enquanto discente do curso de Bacharelado em Antropologia da Unilab (essa nossa universidade de Wakanda, como por vezes costumamos chamar, em menção ao país fictício localizado na África subsaariana presente nas histórias de quadrinhos e filme da Marvel Comics) me fez conhecer uma outra universidade e uma antropologia, alicerçada em pilares afro-referenciados, diaspóricos e decoloniais onde não só as políticas públicas tidas como “populistas” eram levadas a sério e entendidas como resultado das reivindicações do movimento negro, como minhas experiências e pontos de vistas – trazidos por mim do chão da rua por onde caminhava, ao lado da juventude periférica com quem cresci, militei e fundamentei meus princípios e visão de mundo – eram explorados (no sentido positivo da palavra) e tidos enquanto conhecimentos válidos.

Foi esse entendimento do quanto o curso e as/os professoras/es, colegas de aula, corredores e calouradas com quem cruzei durante minha caminhada antropológica foi importante, que optei por discorrer sobre os olhares e percepções dos estudantes negros do curso nesse trabalho de conclusão de curso. Parti inicialmente, da ideia (hipótese, talvez?) de que os sentimentos e sensações vivenciadas por mim em sala de aula e na universidade, de certa forma, também tivesse reverberado nos meus pares. Vejamos!

3.2. Localizando o Universo de Pesquisa: A Criação da Unilab e do Curso de Bacharelado em Antropologia

O processo de redemocratização do país, sobretudo a partir do Governo Lula e Dilma acabou por assegurar um cenário que foi favorável as reivindicações por educação, cidadania

e promoção da igualdade racial, viabilizando assim, a criação de espaços institucionalizados que garantissem ações de políticas afirmativas – como as reivindicadas pelo movimento negro brasileiro –, bem como possibilitou a interiorização e internacionalização do ensino. Como é o caso da criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), com sede na cidade de Redenção, Estado do Ceará ⁹e também da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

É importante destacar que a criação desses espaços deve ser compreendida enquanto resultado das demandas dos movimentos sociais, sobretudo dos movimentos negros, indígenas, quilombolas, trabalhadores rurais e Neab/Neabi, tal qual nos pontua Costa (2018) em seu artigo publicado no jornal *Le Monde Diplomatique Brasil*, intitulado “Neoliberalismo e a Colonialidade do saber: a Unilab e o desmonte da educação”.

Em se tratando da Unilab, importa salientar que ela criada em 20 de julho de 2010 pela Lei 12.289¹⁰. E sua origem pode ser compreendida enquanto um projeto político que foi desenhado pelo ex-presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva¹¹ e continuado pela ex-presidenta Dilma Rousseff¹². Desde sua criação, a universidade foi pensada para promover a integração, a interiorização e a internacionalização do ensino superior, bem como para possibilitar a aproximação e diálogo com os países da cooperação Sul-Sul, pertencentes à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), com o objetivo de atender estudantes oriundos do Brasil, dos países africanos de língua portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique) e do Sudeste Asiático (Timor-Leste). De acordo com o Art.2º do seu Projeto de Lei, a Unilab teria como objetivo:

⁹ A unilab com sede no Ceará está localizada na região do Maciço do Barurite. A região do Maciço do Baturité, por sua vez, localiza-se no sertão central do estado, distante aproximadamente 60 km de Fortaleza e é formada pelos municípios de Palmácia, Pacoti, Guaramiranga, Mulungu, Aratuba, Baturité, Capistrano, Itapiúna, Aracoiaba, Redenção, Acarape, Ocara e Barreira. Nesta região estão situados os povos indígenas Kanindé, Jenipapo Kanindé, Pitaguari e o quilombo Serra do Evaristo, povos estes que também compõe o quadro discente da universidade.

¹⁰ A Lei 12.289 de 20 de julho de 2010 que versa sobre a Criação da Unilab pode ser visualizada mais detalhadamente em: < http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12289.htm>. Acessado em 10 de agosto de 2021.

¹¹ O ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência no período de 01 de janeiro de 2003 a 31 de dezembro de 2010.

¹² Já a ex-presidenta Dilma Rousseff que assumiu a presidência em 01 de janeiro de 2011 e deixou seu cargo em 31 de agosto de 2016 quando foi impedida de dar continuidade ao seu mandato em decorrência do Golpe de Estado que culminou em seu impeachment.

Ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional (LEI 12.289/10).

Conforme as diretrizes gerais da Unilab (2010), ela tem como missão institucional produzir e disseminar o saber universal de modo a contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil e dos países de expressão em língua portuguesa – especialmente os africanos, estendendo-se progressivamente a outros países deste continente – por meio da formação de cidadãos com sólido conhecimento técnico, científico e cultural e comprometidos com a necessidade de superação das desigualdades sociais e a preservação do meio ambiente.

Costa (2018)¹³ afirma que: “A Unila e a Unilab representam projetos importantes de desenvolvimento, de sociedade, de descolonização do saber e de redefinição do projeto de sociedade”. Isso se dá porque nessas universidades, concentram-se currículos e corpos negros/os, indígenas, pobres, periféricos e LGBTQIA+ que segundo a autora e professora universitária desta instituição, acabam por questionar o status quo atual.

Não é à toa que Unila e Unilab, após o período de retrocesso político e econômico em decorrência do Impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff em 2016, vem sendo sistematicamente ameaçadas. Isso se dá sobretudo porque ambas as universidades, desde sua criação, propõem inserir corpos dissidentes enquanto sujeitos produtores de conhecimento.

Sobre as atividades administrativas e acadêmicas da Unilab, elas acontecem tanto no Estado do Ceará – nos municípios de Redenção e Acarape –, quanto na Bahia – no município de São Francisco do Conde –. A Unilab possui os seguintes Institutos Acadêmicos¹⁴:

- Instituto de Ciências Exatas e da Natureza – ICEN;
- Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA;
- Instituto de Ciências da Saúde – ICS;
- Instituto de Desenvolvimento Rural – IDR;
- Instituto de Engenharias e Desenvolvimento Sustentável – IEDS;
- Instituto de Humanidades – IH;
- Instituto de Humanidades e Letras do Malês – IHL;

¹³ A publicação pode ser acessada na íntegra aqui: < <https://diplomatie.org.br/unilab-e-o-desmonte-da-educacao/>>. Acessado em 15 de agosto de 2021.

¹⁴Para demais informações sobre cada institutos e cursos disponíveis, acessar o site da Unilab. Disponível em: < <https://unilab.edu.br/institucional-2/>>. Acessado em 14 de julho de 2018.

- Instituto de Linguagens e Literaturas – ILL;
- Instituto de Educação a Distância – IEAD.

Nestes institutos são ofertados, atualmente, quinze cursos presenciais de graduação: Administração Pública, Agronomia, Antropologia (Bacharelado), Ciências Biológicas (Licenciatura), Ciências da Natureza e Matemática, Enfermagem, Engenharia de Energias, Física (Licenciatura), Letras (Licenciatura), Matemática (Licenciatura), História (Licenciatura), Humanidades (Bacharelado), Pedagogia (Licenciatura), Química (Licenciatura), Relações Internacionais (Bacharelado), Sociologia (Licenciatura). Além disso, possui o curso de Administração Pública na modalidade à distância.

Já em relação ao âmbito da Pós-Graduação são ofertados os seguintes cursos a nível *stricto sensu*, mestrado: Mestrado Acadêmico em Antropologia, Mestrado Acadêmico em Enfermagem, Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis e Mestrado Interdisciplinar em Humanidades.

No que se refere ao curso de Bacharelado em Antropologia¹⁵, ele foi aprovado pela Resolução Nº 026-I/2013 de 21 de novembro de 2013 e está vinculado ao Instituto de Humanidades (IH). Além disso, o curso faz parte do segundo ciclo do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, nos moldes estabelecidos pela Portaria nº 383 SESU/MEC. Isso posto, enquanto curso de segundo ciclo, o curso de Bacharelado em Antropologia desempenha o papel de complementar, em área específica, a formação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, formando assim, bacharéis na área de Antropologia “compromissados com a reflexão das culturas e diversidades tanto em contexto locais, regionais, nacionais e internacionais” (PPC-BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA, 2017, p 07).

O curso possui um regime letivo semestral, com aulas noturnas divididas em 06 semestres e uma carga horária mínima de 2.400 horas. Dessas horas, 420 (quatrocentos e vinte) horas são aproveitadas e/ou cursadas no Curso de Bacharelado em Humanidades distribuídas da seguinte maneira: 120 (cento e vinte) horas do Núcleo Obrigatório Comum da UNILAB e 300 (trezentos) horas do Núcleo Obrigatório de Conhecimento em Humanidades (BHU). No que se refere as perspectivas teóricas e metodológicas que influenciam o Curso de Bacharelado em Antropologia, ele alinha-se:

¹⁵ O Projeto Pedagógico Curricular do Curso de Bacharelado de Antropologia pode ser visualizado em:< <https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2016/01/PPC-ANTROPOLOGIA.-1.pdf>>. Acessado em 15 agosto de 2021.

(...) à perspectiva de Roberto Cardoso de Oliveira para quem o trabalho do antropólogo pode se dar em uma “fusão de horizontes” em que o outro lado da moeda do fazer antropológico é a cidadania. Essa cidadania ressignifica a antropologia que outrora inserida nos processos de colonização, pode agora assumir uma nova demarcação teórica e metodológica dos sujeitos e contextos historicamente colonizados. Isso se traduz no lugar da antropologia hoje engajada em processos de, por exemplo, fortalecimento de identidades e diversidades, em contraposição aos aspectos fundantes da antropologia colonial. Esses são os caminhos já abertos por uma reflexão proveniente dos estudos pós-coloniais e da diáspora e de uma revisão crítica do fazer antropológico herdado pelo modelo eurocêntrico (PPC-BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA, 2017, p.06).

O projeto pedagógico do Curso de Graduação em Antropologia apresenta ainda, como um dos principais objetivos o de: “oferecer um ensino de antropologia pautado por uma formação sólida em conhecimentos dessa área particular das ciências sociais e humanas acrescido das especificidades de uma instituição como a UNILAB” (p. 15).

Nesse sentido, o curso apresenta os eixos de literatura dos considerados “clássicos” que pautados na história da antropologia de diferentes contextos nacionais, em especial, as produções etnográficas sobre e a partir do Brasil e dos países do continente africano, onde se encontra as disciplinas de: Teoria Antropológica I, Teoria Antropológica II e Teoria Antropológica III; Metodologia de Pesquisa Antropológica; TCC I e TCC II. Ainda integrando a formação antropológica tida como “clássica” apresenta-se um segundo eixo que contempla o conhecimento sobre a África e a diáspora a partir de teorias que discutem a formação do pensamento negro e africano, pós-colonial e plural, composto pelas disciplinas: Teoria da Diáspora e Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais.

Já enquanto formação curricular complementar, o curso oferece disciplinas complementares a estes dois eixos, as quais articulam a formação teórica e as realidades sociais, distribuídos através das disciplinas de: Estudos de África Pré-Colonial; Estudos de África Colonial; Estudo de África Pós-Colonial, que a meu ver, e como bem foi discutido certa vez em sala de aula com uma das docentes responsáveis por ministrar essa disciplina, poderia ter sido nomeado de forma a não marcá-las e dividi-las no tempo a partir da colonialidade.

Ponto essa questão, porque foi um incômodo coletivo sentido quando cursei a disciplina de Estudo de África Pré-Colonial, onde chegamos à conclusão de que não deveríamos estar dividindo a história de África a partir da Colonização. Isso se deve, sobretudo, pela necessidade de refletirmos sobre determinados termos e conceitos que utilizamos e nos convida a refletirmos sobre a “inocência dos conceitos” que conseqüentemente são utilizados até mesmo por nós, antropólogos, pesquisadores, historiadores e cientistas sociais de modo geral. Para ele, somos – enquanto cientistas sociais – refens dos conceitos, uma vez que é a partir deles que

ganhamos acesso ao nosso objeto e damos visibilidade a ele. O autor parte então do princípio de que os conceitos não são inocentes.

Feitas as seguintes ponderações, o curso de bacharelado em antropologia ainda apresenta como disciplinas de formação curricular complementar as disciplinas de Patrimônio Cultural; Antropologia das Populações Afro-Brasileiras; Antropologia das Populações Indígenas; Antropologia das Populações Tradicionais e Ecologia Política; Antropologia, Movimentos Sociais e Direitos Humanos; Política, Poder, Estados Nacionais e Transnacionais; Gênero, Família e Sexualidades.

O curso de o Bacharelado em Antropologia também oferece um terceiro conjunto de disciplinas de formação livre que é composto por disciplinas optativas e eletivas, à escolha do/as discentes. As disciplinas optativas são aquelas oferecidas em caráter pontual pelo corpo docente do Bacharelado em Antropologia, que oferecerá questões e temáticas marcadas pelo contexto social, cultural e político do presente.

Acredito que seja de fundamental importância apresentar a que perspectiva o curso de Antropologia da Unilab se alinha, bem como quais são os eixos teóricos que perpassam as disciplinas do curso, posto que além disso nos dizer muito sobre que tipos de reflexões estão sendo pensadas e gestadas durante as aulas, também nos diz sobre que tipo de profissionais o curso está formando. Sobretudo por reconhecer a herança eurocêntrica, colonial e racista com a qual a antropologia enquanto disciplina se originou.

De forma geral, o curso vai de acordo com aquilo que propõe em seu PPC no que diz respeito ao fomento de uma produção de conhecimento alicerçada na pluralidade de saberes advindas de sujeitos oriundos do contexto nacional e internacional. Não foram poucas, as vezes que tive a sorte de presenciar aulas onde pude ser capaz de conhecer e entender sobre a realidade da vida de meus colegas Guineenses, bem como pude presenciar aulas onde tínhamos Carolina Maria de Jesus, Racionais MC's, Beyoncé, Childish Gambino, Chimamanda Ngozi Adichie, Nina Simone, povos indígenas, quilombolas, povos de terreiros, dentre tantos outros enquanto sujeitos constituintes de saberes e conhecimentos válidos. É sobre isso que se trata descolonizar currículos e fomentar a produção de conhecimento a partir dos saberes vindos desses novos sujeitos que agora frequentam a academia enquanto construtores e reconstrutores de epistemologias.

Em relação ao tipo de profissionais que o curso de antropologia da Unilab está formando, o PCC do curso aponta que:

O Bacharel em antropologia da UNILAB será, assim, um sujeito formado em novos paradigmas de convivência e produção de conhecimento em que são valorizadas as experiências advindas dos diferentes contextos, de tecnologias sociais, locais, em diálogo com reflexões e ações críticas provenientes do diálogo sul-sul de uma universidade internacional, além fronteiras. Esse diálogo abrange temáticas como meio ambiente, desenvolvimento humano, economia solidária, saúde coletiva, identificação e fortalecimento das tradições, do patrimônio cultural, material e imaterial e saberes tradicionais. Nessa dinâmica se insere a antropologia nas diferentes esferas: regional (Maciço de Baturité) e internacional, a partir da parceria com Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste (PPC BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA, 2017, p. 06).

Além disso, o Curso de Bacharelado em Antropologia da Unilab:

segue o princípio de uma antropologia que enfatiza os estudos africanos e de sua diáspora como plataforma de conhecimento descentralizadora das matrizes eurocêntricas. Desta forma, visa o deslocamento do conhecimento antropológico para as populações periféricas do mundo global (África e Ásia), ao mesmo tempo em que sublinha a relevância dos estudos sobre estas minorias negras e ameríndias em nível local (PPC BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA, 2017, p. 10).

Conforme as citações anteriores apontam, o curso de Bacharelado em Antropologia da Unilab se posiciona a partir do lugar de uma antropologia engajada e descentralizada das matrizes eurocêntricas, onde os sujeitos que até então apareciam apenas enquanto objetos de pesquisas a serem “observados”, “pesquisados” e “expostos” em congressos e pesquisas, agora saem das “margens” e se encontram também no “centro”. Ou melhor, no território epistêmico que é a universidade e ocupando o lugar de Pesquisadora/es, Antropóloga/os Negra/os formados a partir de reflexões e ações críticas oriundas de uma formação que se propõe romper com os paradigmas eurocêntricos originais da disciplina.

3.3. Olhares e percepções de estudantes negros sob o curso de Antropologia da Unilab

Neste tópico, apresento as percepções e olhares dos estudantes do referido curso sob o campo da antropologia, bem como quais são as tensões, os desafios e as possibilidades que o curso de bacharelado em Antropologia possibilitam para esses jovens/ futuros profissionais. Vamos ao que interessa, então!

Indagados sobre como é ou foi ser estudante negro no curso de antropologia da Unilab. No geral, todos responderam de forma positiva. Vejamos algumas destas respostas. O estudante sob o pseudônimo de Bu Bois, aponta que “O curso de bacharelado em antropologia, é um curso que abraça todos e todas, independentemente da cor de pele. Portanto, me senti muito acolhido pelos professores que faziam e fazem parte daquela belíssima instituição”.

Da mesma forma, o estudante com o pseudônimo de Fanon afirma que ser estudante negro do curso de Bacharelado em antropologia para ele foi um momento único e singular que lhe permitiu “descobrir e construir os meus olhares sobre os diversos fenômenos sociais”.

Os comentários a seguir já sinalizam o desafio que é para estes estudantes negros de se verem no curso de antropologia.

Eu li um texto, inclusive com a Professora Vera, sobre etnografia não é método e também tem um material da Manuela Carneiro da Cunha, que fala um pouco sobre a questão da alteridade, de método e tal e eu achei fantásticos porque questionam e falam sobre como é o fazer antropológico atual, sobre os questionamentos que nós fazemos ao mesmo tempo que temos que imergir nessa estrutura acadêmica, que é horrível, mas a gente não pode deixar de criticar. Voltando a alteridade, eu acho que assim, atualmente, a gente tem conseguido desconstruir muitas coisas sobre esse modelo. É aquela tal história do campo nativo, né. “Só se faz antropologia lá, em um outro país, né...” reproduzindo essa cultura racista... Enfim, mas é possível fazer antropologia em uma delegacia, por exemplo. Estudando e investigando como os delegados investigam a morte de nossos companheiros negros que foram assassinados. Então eu acho que é meio que por aí. Ao mesmo passo que eu me vejo bem preocupado com essa estrutura, eu me vejo como uma formiguinha que está por ali fazendo um trabalho, que está rompendo com algumas estruturas. Que em algum momento, por algum tipo de pressão acabo me enquadrando, acabo tendo de produzir um tipo de material que faz muito mais a cara da academia ou de algumas outras instituições, mas que em dado momento, a gente para pra refletir e diz: Opa! Eu estou quebrando com algumas estruturas metodológicas, com alguma estrutura de ciência e isso não deixa de ter um rigor epistemológico por causa disso. Quando eu estou na delegacia pesquisando por quê os policiais só dão “credibilidade” pra investigação quando é um sujeito branco que está morrendo, quando eu trago o conhecimento que eu adquiri na universidade dentro de uma ONG que eu estou trabalhando hoje, quando eu pego os dados da minha pesquisa que revelam que a investigação criminal pra homicídio ela não existe, quando a vida não importa...então eu estou quebrando, de certo modo, com esses padrões (ESTUDANTE MBEMBE).

Ainda no que se refere à essa questão, o estudante sob o pseudônimo de Mbembe, apontou ainda que “Ao mesmo tempo que emancipador e indutor de transgressões, ser aluno de antropologia é um desafio, posto as condições de acesso as condições básicas não me permitem um estudo satisfatório”. Enquanto isso o estudante sob o pseudônimo de Nascimento apontou que:

Ser estudante negro do curso de antropologia para mim foi desafiador. Ao mesmo tempo que desejava contribuir para os avanços da área, em determinados momentos sentia desconforto com algumas disciplinas. Por sorte as problematizações e os professores em sala de aula me ajudaram a olhar para a antropologia com bons olhos (ESTUDANTE NASCIMENTO).

Dessa forma, podemos inferir que os alunos enxergam com bons olhos o curso de antropologia da Unilab, mesmo por vezes parecendo ser desafiador, ele surge como “emancipador e indutor de transgressões”. Percebemos através da fala do estudante Mbembe, que há toda uma preocupação sobre que tipo de antropologia está sendo feita e onde suas produções estão chegando. Além disso, o estudante evidencia suas micropolíticas como algo positivo e capaz, de aos outros ir desconstruindo as narrativas eurocêntricas dominantes. É esse o potencial que os saberes oriundos desses sujeitos trazem para o debate e desenvolvimento das teorias e disciplinas, uma vez que suas concepções e visões ajudam a (re)pensar o campo antropológico em questão.

Percebemos ainda, através do que foi apontado anteriormente pelo estudante Nascimento que ainda existe um certo desconforto em algumas disciplinas, o que pode ser compreensível, levando em conta o cunho eurocêntrico e colonial dos primeiros textos da área de antropologia.

Quanto a essa questão, os autores Alcantara e Nascimento (2018), pontuam que considerando o fato da universidade e da produção de conhecimento que foi e é produzida não refletir a imagem da população negra – e incluo, indígena, quilombola, lgbtqi+ –, estes estudantes acabam por sentirem dificuldades em suas trajetórias acadêmicas, já que esses espaços acabam se tornando hostis para estes sujeitos, percebidos – em muitas instituições – enquanto “corpos indesejados” e que “atrapalham o desenvolvimento intelectual” da turma.

O relato que narrei de minha experiência em uma outra instituição de ensino e o que o estudante Nascimento brevemente pontuou sobre seu desconforto com algumas disciplinas, exemplificam essa questão. Outro relato aponta essa questão e para a necessidade de refletir sobre o tipo de conhecimento e epistemologias que estamos lendo, absorvendo e produzindo:

Às vezes a universidade ela acompanha certas “tendências”, eu vou usar entre aspas, e aí é tão interessante que quando a gente vai questionar, falar ou colocar alguma coisa em cheque é como se você estivesse ali ofendendo diretamente o pesquisador. Como se você tivesse querendo deslegitimar o conhecimento, mas a questão é que essas críticas elas precisam ser colocadas. E a ciência se move a partir disso. O conhecimento, a epistemologia, ela se move a partir disso, desses questionamentos (ESTUDANTE DU BOIS).

E embora seja recorrente o desconforto dos estudantes com as disciplinas tidas enquanto “clássicas”, no geral as outras disciplinas ofertadas aparecem como primordiais no processo de entendimento de que tipo de antropólogos esses estudantes querem ser. Vejamos o que pontuou um estudante ao cursar a disciplina de Teoria Antropológica:

Olha, senti falta de mais teóricos africanos nas ementas das disciplinas (teóricas, por exemplo). Porque a gente sabe que a universidade é um lugar de disputa. Kabengele Munanga na nossa aula inaugural do mestrado falou que ele é pouco citado pelos intelectuais de sua geração, principalmente por intelectuais brancos. Então, a universidade é um lugar de disputa e onde eles escolhem que teóricos e autores nós vamos estudar. E quando são autores negros, principalmente africanos, aí fica mais difícil. Então, eu senti muita falta de autores negros, principalmente africanos nas disciplinas de Teoria Antropológica, especificamente e hoje eu vou ter que fazer um esforço para tentar dar conta desses autores (ESTUDANTE DU BOIS).

O estudante questiona o fato de termos apenas teóricos brancos nas disciplinas tidas como “clássicas”, ele já aponta o motivo disso acontecer. Como bem sabemos, foi o epistemicídio que impediu que os teóricos e intelectuais não brancos ocupassem o espaço nos estudos considerados clássicos. E como por muito tempo a universidade foi um espaço apenas da branquitude, para além do negro objeto, não aparecíamos em sala de aula. Figueiredo e Grosfoguel salientam que é a “política do esquecimento é o:

mecanismo pelo qual apagamos da memória das novas gerações a contribuição acadêmica de autores negros. Consciente ou inconscientemente, raramente os autores negros estão nas bibliografias dos cursos ministrados nas universidades. Consequentemente, poucas vezes temos tido a oportunidade de conhecer a contribuição desses autores, refletindo, inclusive, não apenas sobre o conteúdo de seus trabalhos, mas sobre o contexto político-intelectual em que foram produzidos (FIGUEIREDO; GROSFOGUEL, 2007, p 36).

A quem importa o apagamento e silenciamento das contribuições acadêmicas de autores negros – brasileiros ou não? Ratts (2007) afirma em seu livro intitulado “Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento” que há, entre os acadêmicos brancos brasileiros, a política de citação. Utilizadas para que eles possam se promover. Que possamos então passar a citar e referenciar nossas produções acadêmicas a partir de teóricas/os negras/os.

Nesse sentido, um ótimo exemplo de resgate e valorização desses sujeitos esquecidos pela branquitude foi dado pelo curso de extensão “Vozes negras na Antropologia¹⁶” vinculado ao Grupo de Estudos Africanos e Epistemologias do Sul e coordenado pela Professora Denise Cruz – do curso de Bacharelado em Antropologia – juntamente com o professor Messias Basques. O curso em si evidenciar o fato de que não faltou vozes negras na antropologia, embora esses sujeitos tenham sido invisibilizados e negados pelas ideologias dominantes e apenas recentemente, com a retomada do território epistêmico pelos estudantes, ativistas e intelectuais negros, puderam e estão sendo reconhecidos.

¹⁶ O site do Curso de extensão Vozes Negras na Antropologia está disponível em: <<https://www.vozesnegras.com/unilab2021>>. Acessado em 15 de agosto de 2021.

Dando continuidade à análise dos olhares e percepções de estudantes negros do curso de antropologia da Unilab que há uma preocupação, por parte dos estudantes negros que dialogam com essa pesquisa, com o tipo de contribuição que eles estão produzindo e com o tipo de retorno que podem dar a sociedade.

Eu passei a questionar aonde meu conhecimento e produção de conhecimento estava chegando. Poxa, passei dois anos estudando inquérito policial, estudando morte, estudando necroestado e eu ficava me perguntando aonde que chegava. E isso me adoeceu muito. No começo desse ano eu tive uma depressão muito forte, porque claro... você fica com aquela ressaca de tanta informação [...] Parte muito de como pensa o Fanon, sabe? A gente se dá conta de que a gente é um sujeito negro no mundo. É claro que me colocar enquanto um pesquisador em algumas situações, foram bem constrangedoras, porque como eu trabalho nessa área de segurança pública, justiça criminal e direitos humanos... Certas ocasiões, me deixavam bem constrangido (ESTUDANTE MBEMBE).

Em continuidade, o estudante aponta que diversas vezes sua posição enquanto pesquisador foi questionada, como podemos perceber na citação abaixo:

Eles diziam: “Quem é esse rapaz que está aqui?” Porque aparentemente eu não tenho aquele perfil de um sujeito pesquisador, né?! O que é o sujeito pesquisador? É aquele sujeito branco com a maletinha e tal. Então quando viam um estudante com um sapatenis, uma calça, uma blusa e uma mochila nas costas... então isso já é um grande problema. Já se reverbera como um empecilho. É como se o campo antropológico já tivesse aquelas barreiras. E aí eu acho que esse é o primeiro ponto (ESTUDANTE MBEMBE).

Para esse estudante, o corpo negro aparece como primeiro empecilho, como primeira barreira no campo. Em relação à essa questão, Gomes (2017) afirma que o corpo negro não se separa do sujeito. Para ela, a discussão sobre regulação emancipação do corpo negro diz respeito a processos, vivências e saberes que são produzidos coletivamente. Dessa forma, há o entendimento de que “somos sujeitos históricos e corpóreos no mundo” (p.78).

Um corpo negro fazendo pesquisa e antropologia, causa então questionamentos, inquietações e estranhezas. Acostumaram a ver o corpo negro regulado, ou seja; escravizado, estereotipado e colocado enquanto objeto, mas ainda não se acostumaram a ver um corpo negro emancipado, produzindo saberes e repensando teorias. Nesse sentido, o corpo negro pode e deve ser “entendido como existência material e simbólica da negra e do negro em nossa sociedade e também como corpo político” (GOMES, 2017, p. 82).

Os estudantes negros Guineenses que dialogaram com essa pesquisa também apresentam preocupações acerca de como irão contribuir com o seu país. Vejamos um dos relatos:

A minha pesquisa é voltada para meu país, Guiné-Bissau. Estou pesquisando sobre identidade, poder e a formação do Estado nação. Eu acho que a gente tem que fazer antropologia para fazer as críticas, porque sabemos que o curso teve os seus clássicos e nasceu eurocêntrica. A gente sabe também que antes era um curso muito marginalizado em África. Costumam dizer: “Olha, você é antropólogo, mas como é que você vai fazer antropologia se foram os antropólogos que massacraram seus tataravos?”

As questões apontadas pelo estudante guineense revelam não só sua preocupação em de alguma forma contribuir com as pesquisas que estão sendo produzidas sobre seu país, Guiné-bissau, como revelam também as marcas que a antropologia enquanto disciplina deixou em África. Quanto à essa questão, Cirne (2016) em sua tese de doutorado, evidencia essa questão e essa discussão por parte de teóricos/antropólogos africanos. Para isso, a autora utiliza três autores:

1) Paul Nchoji N kwi – antropólogo dos Camarões. Esse autor vai discutir sobre o fato de a impopularidade da antropologia ainda permanecer entre os intelectuais africanos, uma vez que perpetua epistemologias coloniais. – Nesse sentido, afirma que nos anos 60 e 70, solicitou-se que disciplina fosse banida do continente, uma vez que a antropologia era entendida como uma disciplina colonial, no entanto, nos anos 90 o interesse pela disciplina passou a reaparecer, inclusive com a criação de departamentos específicos das universidades africanas;

2) Francis Nyamnjoh – antropólogo camaronês radicado na África do Sul – esse autor vai afirmar que impopularidade da antropologia ainda permanece entre os intelectuais africanos, por ela ainda perpetuar epistemologias coloniais. O autor pontua ainda o fato de que os antropólogos negros africanos possuem um lugar subalternizado no que se refere à relação entre os antropólogos africanos e os pares do norte e entre os antropólogos negros e brancos na África do Sul;

3) Sociólogo Camarões Jean-Marc Ela, afirma que a antropologia deve fazer um esforço criativo para se desprender de seus conteúdos coloniais a fim de colocar as realidades contemporâneas no centro de suas preocupações (CIRNE, 2016).

O que podemos inferir, então é que essa preocupação acerca da área antropológica em África se dá sobretudo pelo fato de serem países que apenas recentemente tiveram seus processos de libertação. Dessa forma, as feridas advindas desse processo violento ainda se encontram abertas. Ainda assim, os estudantes guineenses que dialogam com essa pesquisa apontam o desejo de utilizar desses sabres para reconstruir epistemologias, já que de certa forma, não se tem como fugir dessas questões.

Além disso, enquanto interlocutores autênticos, tal qual Mafeje (1991) propõe, estes estudantes que por hora encontram aqui, mas que anseiam voltar e contribuir com os novos

rumos que o país vai ter, evidencia seu papel nesse processo de retomada epistêmica, tal qual Hountondji (2009) propôs ao enfatizar que o primeiro passo seria formular problemáticas originais enraizadas na experiência africana, pois assim a disciplina ou o conjunto das disciplinas dos estudos africanos terão significados distintos em África e no Ocidente. Essa perspectiva também é percebida pelo estudante Du Bois quando ele pontua que:

Eu falo sempre citando o Kabengele Munanga, porque ele sempre falou que professores vinham dos Estados Unidos, Inglaterra e França para dar aula pra ele sozinho na sala. E ele teve um olhar, uma formação através desse pensamento europeu... mas isso não quer dizer que a gente não tem crítica. Eu hoje tenho uma formação, digamos, do ponto de vista brasileiro, porque a maioria dos meus professores foram brasileiros e a gente percebe que nesse quesito, temos que criticar o curso, mas também olhar de forma positiva para ele. E o curso de antropologia aceita críticas, aceita debates, aceita pontos de vista diferentes. E é isso que faz a antropologia ser antropologia (ESTUDANTE DU BOIS).

Nesse sentido, podemos empreender que são esses novos sujeitos em cena que contribuem com a descolonização do pensamento, bem como são eles que fomentam a ruptura com a Biblioteca Colonial, posto que valorizam uma tradição de conhecimento onde as diversas práticas africanas não só são valorizadas, como vão de confronto com epistemologias e ideais coloniais. Esse movimento, pode ser percebido nos estudos que recentemente vem sendo produzidos e que vem modificando as agendas científicas em África por meio do CODESRIA (Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África). Dessa forma, o CODESRIA tem sido responsável por uma nova literatura científica sobre África. Essa outra literatura científica além de inverter a tendência neo-colonial no que se refere aos quadros teóricos e *modi operandi*, também acabou por desmistificar a neutralidade dos agentes e dos lugares de enunciação (DIAS, 2014).

Ouso afirmar também que esse movimento está sendo continuado pela geração de cientistas sociais – das suas diversas áreas – que estão sendo formados na Unilab. Os questionamentos e proposições apresentadas pelos estudantes africanos oriundos de Guiné-Bissau durante as aulas e diálogos que tivemos, bem como os apontados, brevemente, neste texto, apontam para isso.

No que diz respeito as dificuldades encontradas pelos alunos, os estudantes negros brasileiros que contribuíram com o desenvolvimento desse trabalho apontaram principalmente a dificuldade de se manter financeiramente e ainda ajudar a família nas despesas de casa, o que

não seria possível sem a ajuda dos auxílios que garantem, minimamente a permanência desses alunos.

Isso se dá pelo fato de que sobretudo para os estudantes negros brasileiros, oriundos das periferias, as estruturais sociais de nossa sociedade ainda apresentarem entraves não só na entrada, mas também na permanência desses estudantes. Não é à toa que os estudantes negros brasileiros que colaboraram com essa pesquisa, bem como essa futura jovem antropóloga, se encontram enquanto os primeiros de suas famílias a ingressarem no ensino superior. Daí a necessidade de políticas e ações afirmativas que possibilitem a entrada e permanência desses novos sujeitos em espaços e lugares de poder, conhecimento e decisão.

Já um ponto comum apresentado entre os alunos oriundos do continente africano, no caso específico do curso de antropologia da Unilab, de Guiné-Bissau, uma das dificuldades pontuadas referiu-se ao fato de estarem em outro país, em uma outra sociedade completamente diferente das suas, tendo que criar novas relações, bem como o distanciamento da família. Alguns alunos pontuaram que não costumam viajar para ver as famílias nas férias, já que o custo das passagens é muito alto. A citação abaixo, exemplifica essa questão da dificuldade de se estar em outro país.

No primeiro momento foi muito difícil. O primeiro fator foi o cultural, né, digamos assim, de modo geral. O modo que a gente vivia, convivía, o modo do comportamento e modo de ser na sociedade era muito diferente (...) E me fez pensar: “Eu já estou em outra sociedade. Não estou mais no interior da Guiné. Outra coisa também é a questão dos termos usados, as palavras do dia-a-dia. Porque as pessoas não sabiam lidar com os termos e achavam que a gente estava xingando (ESTUDANTE DU BOIS).

Em relação a como esses estudantes percebem e enxergam o curso em termos de formação teórica/metodológica, pontuou-se que “É um curso que possibilita a construção de novas epistemologia, saberes e que acaba por revolucionar a sociedade” (ESTUDANTE FANON). Já para o Estudante Nascimento afirma que:

A formação teórica/metodológica do curso é uma das mais importante da universidade, uma vez que apresenta diferencial em relação a sua grade de disciplinas que privilegia discursos importantes para nossa formação na área, tais como estudos sobre diáspora, estudos decoloniais, etc (ESTUDANTE NASCIMENTO).

Outro estudante pontuou que vê o curso enquanto “uma nova tendência epistemológica, do qual emancipa e dar respostas sociais que reverberam o desejo social” (ESTUDANTE MBEMBE). Além disso, esse aluno compreende o curso enquanto fruto das demandas que

surtem a partir das lutas pelo reconhecimento e valorização de culturas e identidades negras, quilombolas e indígenas.

Já o Estudante Du Bois, afirma que percebe o curso de antropologia da Unilab “enquanto um curso que busca formar seus estudantes não só para adquirirem o diploma na área, mas há também a preocupação em formar profissionais que terão responsabilidades no futuro”. E daí a necessidade de formar estudantes capacitados e preocupados com a realidade nacional e/ou internacional.

A partir dos diálogos com os sujeitos desta pesquisa, também podemos perceber como se deu a relação entre docentes e discentes, onde alguns momentos marcantes em suas trajetórias acadêmicas foram moldadas pela forma que foram vistos e/ou tratados pelos docentes do curso e pelas reflexões propostas em sala de aula. Vejamos então, alguns destes relatos.

No segundo semestre de 2019 a Professora Vera na disciplina de Estudos pós-coloniais e decoloniais trouxe esses pensamentos decoloniais, inclusive do Achille Mbembe, e disse assim: “gente, tentem usar isso nas pesquisas de vocês. Tentem trazer isso a partir das perspectivas da realidade de vocês”. E aí eu fiquei tipo, cara... Então isso acontece. Eu posso usar isso aqui a partir do meu contexto, da minha realidade. E quando eu vi o texto Necropolítica eu percebi que era a base da minha pesquisa. Então, hoje, todo tipo de coisa que eu vou produzir o Achille Mbembe faz parte. Então, eu acho que o que me marcou, além da experiência de estudar na Unilab, foi essa inovação epistemológica. Foi esse despertar sobre uma realidade que é nossa. E eu agradeço muito a professora Vera, inclusive. Acho que ela ajudou bastante nesse processo (ESTUDANTE MBEMBE).

Já o estudante Du Bois, apresenta três momentos onde destaca o papel dos discentes do curso de Antropologia. O primeiro momento vem ainda no que o fez escolher por cursar antropologia.

Quem me orientou no BHU foi o professor Luis Tomas Domingues e ele sempre me motivou muito a fazer o curso de antropologia, porque eu via nele um intelectual de alto nível, pelo que ele passava pra mim não só nos momentos de orientação, mas também no dia-a-dia e na sala de aula. Ele passava a imagem para as pessoas na sala de aula, na universidade de modo geral, e eu coloquei na minha cabeça que eu queria ser como ele. Eu sempre falo que eu quero ser um dos melhores professores guineenses. Então, ele me motivou muito. Não porque ele falava pra mim: “Tu vais fazer antropologia!”, mas pelo que ele falava comigo, a parti das nossas conversas eu pensei e percebi que eu tinha que fazer antropologia. Então eu entrei pra fazer antropologia e no primeiro momento do curso tiveram muitos professores que contribuíram muito para que eu não mudasse de curso, a Professora Vera, a Professora Michelle Cirne, Caroline Leal e a professora Carla Susana (ESTUDANTE DU BOIS).

O segundo momento destacado pelo estudante, refere-se a um momento em sala de aula:

Estava fazendo a disciplina de Diáspora com a Professora Jacqueline Pólvora e eu passei a considera-la muito, em termos intelectuais. Eu lembro que no dia que fui apresentar um texto do W.E.B Du Bois: “Aas almas da gente negra” e ela falou assim pra gente: “Olha, vocês aqui, principalmente vocês africanos... Vocês são muito esforçados”. Ela falou isso pra mim e outro estudante. “Vocês precisam continuar a ler, a trabalhar porque vocês têm muito a dar aos vossos países. Porque vocês estão aqui no Brasil, mas um dia vocês vão precisar voltar para dar a vossa contribuição aos vossos países, porque eles são, entre aspas, jovens e tomaram as suas independências recentemente e vocês são uma geração muito forte. Eu vejo as vossas potencialidades”. Então esse momento pra mim foi muito marcante, pelo fato dela, enquanto professora e intelectual está a nos elogiar e a acreditar em nossas potencialidades (ESUTDANTE DU BOIS).

Já o terceiro momento, refere-se a sua defesa de monografia, onde viu depois de vários seus semestres, seu sonho de se tornar um bacharel em antropologia se concretizar. De forma geral, o que podemos inferir acerca da relação dos docentes e discentes do curso de antropologia é que pelo menos para mim e para os alunos que dialogaram comigo e com esta pesquisa, a relação se dá de forma respeitosa, onde somos enxergados como corpos sujeitos carregados de potencialidades e sabres afro-diaspóricos.

Por fim, em se tratando de como esses estudantes se veem enquanto jovens futuros antropólogos, destaco as seguintes pontuações:

Nossa trajetória é permeada por idas e vindas. Por reflexões sobre qual é o nosso lugar de ser e estar no mundo, mas eu acho que além dessa emancipação epistêmica, eu também enxergo na antropologia um fazer chegar conhecimento aos meus iguais, aqui na minha comunidade, nas escolas que fazem parte da minha comunidade e onde estou atuando. A nossa trajetória, além da gente conseguir ter um conhecimento acadêmico, é importante trazer isso pra nossa comunidade também (ESTUDANTE MBEMBE).

Gostaria muito de poder ser professor um dia. e poder dar aula principalmente na UNILAB e especificamente no curso da Antropologia, porque entendo que terei que dar a minha contribuição pelo menos por uns cinco anos antes de ir para o meu país quando eu for morar de vez. Logo depois que me formei consegui o mestrado em Estudos Africanos na ISCTE (PORTUGAL), mas infelizmente não consegui ir, por causa da pandemia e outras questões laterais, mas agora estou cursando o mestrado em antropologia em outra universidade aqui no Brasil. [..]

Isso posto, reitera-se a preocupação que estes estudantes negros, presentes nos diálogos apresentados nesta pesquisa, tem não só com o tipo de que profissional que querem ser, mas com o que apresentarão como retorno para seus contextos, sejam eles nacionais ou internacionais. Nesse sentido, a presença desses sujeitos na universidade, estudando, criticando, teorizando e produzindo insurgências epistêmicas, bem como o diferencial do curso de antropologia da Unilab – e até mesmo as próprias diretrizes da Unilab – que não só se propõe

ser alicerçado em teorias e epistemologias onde estes sujeitos são reconhecidos, mas são instigados a se posicionarem a partir de seus diversos lugares de enunciação, faz do curso de Bacharelado em Antropologia da Unilab um espaço propício para a emancipação e retomada do território epistêmico por esses sujeitos que tal qual pontua o movimento negro e os intelectuais africanos, são produtores de epistemologias que desafiam a autoridade acadêmica – eurocêntrica, branca e colonial – como fazem parte do processo de retomada do território epistêmico.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a leitura deste Projeto de Conclusão de Curso em Antropologia, pode-se ser observado como o movimento negro lutou e desempenhou um papel importante no que se refere ao acesso em maior escala da população negra nas instituições públicas e também privadas, sobretudo da área de educação. Vimos que desde o período da Abolição e Proclamação da República que os sujeitos negros que aqui estavam criaram e recriaram estratégias de sobrevivência e de mobilizações teóricas-políticas que sem dúvidas foram sinônimos de saberes emancipatórios, tal qual enfatiza Gomes (2017). Destaca-se então as irmandades, a Imprensa Negra, a Frente Negra Brasileira, o Teatro Experimental do Negro e o Movimento Negro Unificado.

Foi evidenciado ainda que o início dos anos 2000 abriu caminhos para que nos pudessemos ver a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir em 2003), além da adoção de diversas medidas de ações afirmativas como forma de acesso, sobretudo as cotas raciais. Verificamos, inclusive que essas políticas já vinham sendo pensadas desde os tempos da atuação política de Abdias do Nascimento em 1914 e sempre ocupou um lugar de destaque nas pautas de reivindicações do movimento negro (GOMES, 2017). No que diz respeito ao plano acadêmico, verificamos ainda, a criação da fundação da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), que é responsável pela realização do Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (Copene), bem como a criação do Comitê de Antropólogas/os negras e negros dentro da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) em 2019.

Face ao exposto, podemos verificar que ao longo das últimas décadas pós ditadura militar, o Brasil viu ressurgir uma nova fase de mobilização política por parte do Movimento Negro Brasileiro em busca da retomada da luta por direitos e contra o preconceito e discriminação racial. Assim, influenciados por acontecimentos nacionais e internacionais, tais como a abertura política, os movimentos de libertação dos países africanos, a radicalização das lutas pelos direitos civis nos Estados Unidos e na Angola (RIBEIRO, 2000), o Movimento Negro Brasileiro também passou a reivindicar de forma mais sistemática pelo reconhecimento de sua história e cultura, pelo direito à saúde, não violência, igualdade social e superação do racismo, bem como passou a reivindicar pela inserção da população negra no mercado de trabalho, na política, na educação básica e na universidade, o que culminou na luta por ações afirmativas no Brasil.

Percebemos ainda o papel fundamental dos ativistas e intelectuais negros ao ingressarem nos cursos de graduação e pós-graduação das universidades em decorrência das políticas de ações afirmativas, tal qual a política de cotas raciais e sociais, conquistadas pelo movimento negro no período de redemocratização do país na época do Governo Lula e Dilma.

Esses sujeitos, ao ingressarem nesses espaços passaram a desempenhar o papel de sujeitas/os construtores de conhecimentos e epistemologias oriundas das margens (hooks, 2020), e a partir dessas experiências e lugares de enunciação localizados e contextualizados por corpos políticos repletos de saberes comumente desconsiderados pela branquitude acadêmica, passaram a redefinir o cenário acadêmico. Assim, a luta política do movimento negro, bem como desses ativistas e intelectuais acabou por contribuir com os rumos que o conhecimento científico vem tomando nos últimos anos. Uma vez que a presença desses sujeitos negros, indígenas, quilombolas, periféricos, lgbtqia+ e africanos acabam por gerar instabilidades de cunho epistemológicos e metodológicos capazes de (re) pensar a universidade. A presença desses sujeitos no espaço acadêmico também revela a necessidade de superarmos vínculos coloniais diretamente relacionados à colonialidade do poder, saber e ser.

Ademais, no que se refere aos estudantes negros brasileiros e guineenses do curso de Bacharelado em Antropologia que dialogaram e contribuíram com esta pesquisa, eles revelam que embora a antropologia, enquanto seara de conhecimento, tenha sido criada a partir e com finalidades eurocêntricas, coloniais e racistas, apontam que quando novos sujeitos, tais quais os citados anteriormente partem da margem e entram no centro da produção de conhecimentos, novas subjetividades e epistemologias acabam por também adentrar esse território epistemológico estável que é a universidade.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Letramento, 2018.

CIRNE, Michelle. **A produção de ciências sociais no continente africano e a agência do CODESRIA**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

DIAS, Eduardo Costa. “Repensar os estudos africanos: descolonizar o pensamento, questionar as práticas, reconfigurar as agendas”. In: **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, vol. 2, n. 1, 2014.

DOMINGUES, P. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, vol. 12, n. 23, 2007.

DOMINGUES, P. UM “templo de luz”! – A Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 13, n. 39, 2008.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0102, jan./abr. 2020.

FIGUEIREDO, Angela. GROSFOGUEL, Ramón. Por que não Guerreiro Ramos? Novos desafios a serem enfrentados pelas universidades públicas. **Cienc. Cult.** vol.59 no.2 São Paulo Apr./June 2007. CUNHA JUNIOR, H. A história africana e os elementos básicos para o seu ensino. In: COSTA LIMA, I. & ROMÃO, J. (Orgs). **Negros e Currículo**. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros, 1997.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, Rj: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia e HASENBALG Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero. 1982.

Hooks, bell, **Teoria Feminista: Da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva. 2020

_____, bell. **Anseios: Raça, gênero e políticas culturais.** 1ª edição. 2019.

HOUNTONDI, Paulin. “Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: duas perspectivas sobre os Estudos Africanos”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul.** Coimbra: Edições Almedina, 2009.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOVACH, Margareth. Conversational Method in Indigenous Research. **First Peoples Child & Family Review.** Vol. 5, Nr.1, 2010, p. 40-48.

MAFEJE, Archie. **Anthropology in Post-independence Africa: end of an era and the problem of self-redefinition.** Nairobi: Heinrich Böll Foundation; Regional Office East and Horn of Africa, 2001.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis. Vozes, 2001.

_____, Maria Cecília de Souza; GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** MINAYO, M. C. de S. (org.). 32 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

PAIXÃO, M. **A Lenda da Modernidade Encantada: por uma crítica ao pensamento social brasileiro sobre relações raciais e projeto de Estado-Nação.** 1.ed. – Curitiba, PR: CRV, 2014.

RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

RIBEIRO, Cristiane Maria. Anti-racismo e educação: o projeto político pedagógico das lideranças negras de Uberlândia. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, 2000, p.1-19.

SANTOS, A. C. E. S. **A trajetória acadêmica e o perfil dos estudantes da Universidade Federal da Bahia, nos cursos de alta demanda, pós-sistema de cotas.** 279 p. il. 2013. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

Universidade) –Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

VALDIVIA, Angharad N. bell hooks: Ethics from the margins. **Qualitative Inquiry**, v. 8, n. 4, p. 429-447, 2002.